

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Othon Moacyr Garcia*

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 25 a 29 de agosto de 2008)**

**Cadernos do CNLF
Vol. XII, N° 16**

VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA
SOCIOLINGÜÍSTICA
E DIALETOLOGIA

Rio de Janeiro
CiFEFIL
2009

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor

Ricardo Vieiraves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Márcia Regina de Faria da Silva

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – **www.filologia.org.br**

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA
de 25 a 29 de agosto de 2008**

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Silvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

SUMÁRIO

1. A ideologia de raça e a raça da ideologia - *Gileade Godoi*.....09
2. A linguagem como ação: uma proposta pragmática de uma etnografia para a linguagem - *Carlos Alvarez Maia* 18
3. A linguagem urbana: o discurso público e privado - *Cleide Emília Faye Pedrosa*29
4. A questão da variação linguística na tradução da obra *1984* de George Orwell - *Mirela Magnani Pacheco*42
5. A valorização das variantes populares da língua portuguesa - *Nestor Dockhorn* 52
6. A variação semântica no campo policial - *José da Cruz Bispo de Miranda* e *Juliana Maria Barbosa de Araújo* 56
7. As preposições acidentais (preposizioni improprie) italianas e seus termos correspondentes em português - *Maria Franca Zucarello* (UERJ) *Edvaldo Sampaio Belizário* 70
8. Registros sociogeolinguísticos em São Sebastião: a presença do elemento indígena e a influência do português colonizador - *Márcia Regina Teixeira da Encarnação* 79
9. A contribuição dos estudos sociogeolinguísticos para a escolha lexical na recepção e produção de textos orais e escritos - *Adriana Cristina Cristianini* e *Márcia Regina Teixeira da Encarnação*89
10. Notas sobre o verbo 'tomar' como verbo-suporte no português arcaico - *Maria Regina Pante*..... 97
11. O Brasil oitocentista sob o olhar de Hipólito da Costa: *O Correio Braziliense* (1808- 1822) - *Ana Paula dos Santos Monteiro*..... 104

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os onze textos resultantes dos trabalhos apresentados por Adriana Cristina Cristianini (p. 89-96), Ana Paula dos Santos Monteiro (p. 104-115), Carlos Alvarez Maia (p. 18-28), Cleide Emília Faye Pedrosa (p. 29-41), Edvaldo Sampaio Belizário (p. 79-78), Gileade Godoi (p. 09-17), José da Cruz Bispo de Miranda (p. 56-69), Juliana Maria Barbosa de Araújo (p. 56-69), Márcia Regina Teixeira da Encarnação (p. 79-88), Márcia Regina Teixeira da Encarnação (p. 89-96), Maria Franca Zuccarello (p. 70-78), Maria Regina Pante (p. 97-103), Mirela Magnani Pacheco (p. 42-51) e Nestor Dockhorn (p. 52-55) no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, nos dias 27 e 29 de agosto de 2008, relacionados aos temas “Variação Linguística, Sociolinguística e Dialectologia”, relacionando abaixo os resumos dos referidos trabalhos.

No primeiro, demonstra-se que o discurso científico vem sendo utilizado pela sociedade ao longo dos anos para os mais variados propósitos, buscando-se os pontos em que formação discursiva será inscrita e que consequências daí serão advindas.

No segundo se combate a teoria segundo a qual a linguagem é uma invenção da mente racional voltada para comunicar idéias que já estariam pré-estabelecidas e assim inaugurar e promover as relações humanas, pressupondo-a como agente de interação.

No terceiro busca-se identificar a representação que o enunciador faz de si e do interlocutor em *outdoors* e faixas em que circulam mensagens que deveriam ser do "domínio privado".

O quarto analisa a tradução da obra *1984* de George Orwell, comentando as escolhas do tradutor em relação à Variação Linguística, presente na fala das personagens da obra original.

No quinto trabalho, observando-se que o português é transmitido de geração em geração (como qualquer língua), questiona-se a omissão da prática de valorizar as variantes populares em textos, por exemplo, como as traduções bíblicas.

O sexto trabalho analisa a variação semântica no léxico do campo policial com a intenção de perceber como determinadas alte-

rações influenciam na mudança e conservação da linguagem de um determinado campo profissional.

O sétimo apresenta as principais preposições acidentais italianas e seus correspondentes em português, mostrando o valor expressivo de cada uma delas na construção do discurso.

O oitavo trabalho registra a presença do elemento indígena e a influência do português colonizador em pesquisa sociogeolinguísticas realizada em São Sebastião, município do Litoral de São Paulo.

O nono mostra a necessidade de desenvolver no aluno as competências comunicativas para a interação social, através do estudo do léxico, permitindo que os alunos ampliem suas opções de dizer e ainda, reflitam sobre a construção dos seus próprios textos e sobre os textos dos outros.

O décimo apresenta um levantamento parcial de ocorrências do verbo 'tomar' como verbo-suporte em textos arcaicos portugueses e registra pesquisas diversas em que o estudo deste verbo tem outros objetivos.

O último trabalho apresenta as mudanças nos modos argumentativos que possuem uma relação direta com as mudanças que ocorreram na situação política brasileira, durante o período em que o *Correio Braziliense* foi publicado, mostrando que Hipólito da Costa mudou suas estratégias de acordo com a situação brasileira a cada década de existência desse periódico.

Todos esses textos, estão disponibilizados na página virtual <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/16/index.htm> para serem utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas que não deixem de citar o autor e o lugar de onde for extraído qualquer fragmento ou informação.

Rio de Janeiro, agosto de 2009.

José Pereira da Silva

A IDEOLOGIA DE RAÇA E A RAÇA DA IDEOLOGIA

Gileade Godoi (CEFET-RJ/Unicamp)

As últimas pesquisas genéticas acirraram uma discussão que há muito vinha permeando a sociedade brasileira: a questão do preconceito racial e das políticas públicas de reparação aos danos históricos causados aos negros. As recentes pesquisas do Projeto Genográfico, promovido em parceria da National Geographic com a IBM, que indicaram um grande percentual de gens europeus em negros como Neguinho da Beija-flor (67%) e Daiane dos Santos (40%), ganharam destaque na mídia e vieram servir como base de argumento para aqueles que se posicionam contra as políticas públicas anteriormente referidas, causando reação imediata dos movimentos negros contra essa nova postura.

Abordaremos, embasados nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso francesa – Pêcheux (1969) – as questões ideológicas que atravessam os discursos sobre negros, pardos, negros da elite, brancos da elite, noção de raça e cotas. Discutiremos as formações discursivas em que se inscrevem tais discursos, suas implicações e os silenciamentos que atuam como arma nessa disputa política e ideológica que envolve história e atualidade, poder e luta.

Para isso, cabe retomar aqui, ainda que superficialmente, como o critério de raça era utilizado no século XIX e como se desenvolveu até nossos dias, a fim de entendermos as questões ideológicas que estão postas. À época, os europeus eram considerados superiores, enquanto negros, indianos e indígenas eram considerados povos de raça inferior, cuja capacidade intelectual era posta em cheque (Chaves, 2003). Consequentemente, tal concepção justificava sem reservas a exploração da população negra e sua manutenção como mão-de-obra escrava e, mais tarde, no período pós lei Áurea, justificou certamente o fato de os ex-escravos ficarem à margem dos direitos sociais. No Brasil, isto se refletiu nos estudos de psicologia das massas de Nina Rodrigues, que, segundo Chaves (2003), aplicou os paradigmas evolucionistas à sociedade baiana, atribuindo seu retrocesso no final do séc. XIX à predominância de negros e mestiços na região. Considerou, ainda, que estes últimos, chamados também de

pardos, não constituíam uma raça, por serem “produto da fusão das raças negra, indígena e branca”, classificando-os como inferiores, devido a seus “ancestrais selvagens”: os negros e índios.

A questão da raça inscrevia-se, portanto, em uma formação ideológica que concebia a supremacia de uma raça sobre as demais. Formação ideológica, segundo Pêcheux (1975), caracteriza

Um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (Apud Gadet e Hak, 1993, p. 166)

Ainda segundo Pêcheux, as formações ideológicas

Comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias **formações discursivas** interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (Apud Gadet e Hak, 1993, p. 166)

O movimento negro fez surgir uma **formação discursiva** (FD) divergente, que se posicionava contra a pecha de inferioridade da raça negra e que cobrava dos governantes e, conseqüentemente, da elite branca, posturas de inclusão e reparação social. Raça, assim, além de evocar, na formação discursiva dominante, a inferioridade dos negros, passou a associar-se à ideia de reparação de injustiças. E assim, tal conceito passou a incomodar. Não era mais possível referir-se aos negros sem pôr em cheque atitudes históricas das elites brancas que os escravizaram, exploraram e os abandonaram após a abolição, levando-os da condição de mercadoria à de indigentes.

No auge dessas discussões, com a criação das cotas em várias universidades públicas do país, protestos foram levantados contra a proclamada injustiça de abrir acesso à universidade aos negros e pardos à custa da diminuição de vagas oferecidas aos filhos da elite, oriundos, em sua maioria, de escolas privadas que investem na preparação de seu alunado para o vestibular. Certamente, nesses levantes, não se lembrava o fato de os alunos oriundos de escolas públicas estaduais e municipais, cuja formação está muito aquém do que é co-

brado no vestibular, não terem o mesmo preparo e estarem, portanto, em desvantagem na busca de uma vaga nas universidades públicas. Assim, a igualdade de concorrência evocada contra as cotas é apenas uma construção discursiva, pois não existe de fato.

Mais uma vez, a ciência serve como baluarte de uma causa: se não há raça, não se justificam políticas raciais. O sentido que raça evoca, então, passa a ser outro. Fora da espécie humana. Já não se atrela à inferioridade de um povo, e exige de responsabilidade quem desse conceito se serviu em outra época para subjugar. Inscreve-se todo o sofrimento de um povo em um silêncio ainda mais cruel. Orlandi (1993) afirma que onde há silêncio, há o outro sentido. E na questão que analisamos, é importante ressaltar que há

...uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer 'uma coisa', para não deixar dizer 'outras'. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política. (Orlandi, 1993, p. 55)

Silenciar a noção de raça na espécie humana, aqui, visava a calar quaisquer reivindicações que dela fizesse uso. É para isto que chama a atenção a pesquisadora Sueli Carneiro (2007), quando reproduz a fala de Sergio Danilo Pena (do grupo de pesquisas genéticas da UFMG, ligado ao Projeto Genográfico) que dizia não existir “base objetiva para a introdução de cotas raciais nas universidades públicas”. Esse é o efeito de isenção gerado por tais pesquisas. Nota-se não haver, por parte do movimento negro, uma negação das descobertas genéticas, mas sim do “uso político” de tais descobertas. Segundo a pesquisadora,

A contribuição fundamental desses estudos genéticos é a demonstração da ilegitimidade científica das teses racistas e das práticas discriminatórias que elas geram. (...) Portanto era de se esperar que a reação que eles deveriam provocar seria uma condenação enfática das práticas racistas que produziram e permanecem produzindo violências e exclusões ao longo de nossa história. Desse reconhecimento adviria, como consequência ética obrigatória, a defesa de reparação dos males provocados. Ao contrário, as conclusões do estudo são utilizadas para negar uma dessas possibilidades, a adoção de cotas pra negros no nível universitário

Observamos na fala do Dr. Pena, reproduzida por Carneiro, que a mudança da noção de raça introduz, de fato, um silenciamento. Um silenciamento de ações passadas e presentes. Presentes, porque descarta uma forma de inserção do negro em um nível ao qual ele

quase não tem acesso; e passadas porque, simultaneamente, ao silenciar tais possibilidades de ações presentes, ignora-se o passado, com todos os males que a noção científica de raça sustentou e que, hoje, a mesma ciência contesta. Diz-se da não existência de raça, para não dizer da reparação. É esta a dimensão política do silêncio de que fala Orlandi.

Althusser (1974) postula que todo indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Assim, todos somos assujeitados ideologicamente. O que significa dizer que todos somos atravessados por diversas ideologias as quais muitas vezes sequer suspeitamos. Isso faz com que reproduzamos, ainda que com deslocamentos, comportamentos e dizeres carregados de sentidos que pensamos serem muito nossos, mas que não o são. Muitas vezes são parte do discurso da ideologia dominante. E justamente porque “não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia”, tudo o que dizemos está inscrito em alguma formação discursiva. Compreender esse assujeitamento ideológico é fundamental para discorrermos sobre a crítica que Cláudio Reis (2004) faz ao que Florestan Fernandes chamou de “novos negros”.

Os “novos negros” são aqueles que, vencendo a barreira do preconceito e da miséria, alcançaram um nível de vida privilegiado (segundo Reis isso se deu a partir da década de 40). Esses negros já têm filhos e até netos nascidos nessa nova condição. Cláudio Reis defende que eles também devem ser combatidos junto com a elite branca, visto que, após alcançar “o conforto da vida burguesa, eles passaram a rejeitar e satanizar o movimento negro perante a sociedade”. Como entender essa postura, criticada pelo autor?

O que se observa no comportamento discursivo desses “novos negros” é fruto do assujeitamento ideológico de que fala Althusser. Ser da elite sempre significou, na sociedade brasileira, ser branco. E ser branco significava inscrever-se em uma formação discursiva específica. Não podemos esquecer o já mencionado conceito de FD: “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”. Em outras palavras, não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa, de qualquer lugar.

Orlandi (1999) diferencia lugar de sujeito e posição de sujeito, pois o lugar é algo factual. Um negro é negro e ocupa, na socie-

dade o lugar de negro. Assim como o padre, o professor, o operário. Todos ocupam um lugar social visível. A posição-sujeito, diferentemente, é discursiva, ideológica. Pode ou não corresponder ao lugar que o sujeito ocupa. Assim é que, espera-se que um padre, do lugar de padre, seja um defensor do celibato, por exemplo, pois esse é o discurso característico deste lugar e desta posição. Mas se um padre é favorável ao matrimônio para os sacerdotes, ele continua falando do lugar de padre, mas não da posição-sujeito padre.

Toda posição-sujeito terá sempre um vínculo ideológico e permitirá percebermos se corresponde ou não ao mesmo lugar de sujeito. Um negro operário e um negro da elite não ocupam, normalmente, a mesma posição-sujeito, pois a ideologia dominante atua fortemente na constituição desse indivíduo que passa a ocupar uma nova posição na sociedade. Esse “novo negro” não se vê tal qual os outros. E é silenciado. Ele não pode e não deve, de sua posição-sujeito (ou nova posição-sujeito) negro de elite, dizer (significar) o mesmo que um negro operário. É obrigado a não dizer, reproduzindo um discurso sempre presente e já constitutivo de muitos, o discurso dominante, muitas vezes identificado na frase “quem trabalha vence na vida”, ratificando, assim, o mito da indolência de uma raça.

Interessante a observação de Reis quando diz que os negros da elite não conseguem ver-se como de fato são vistos pelos brancos. Desdobrando essa afirmação, poderíamos dizer que um negro de elite vê-se igual a um branco, mas que nem sempre o branco de elite o vê como um igual. Porque por outro lado, gerações e gerações de brancos foram criados vendo o negro como subalterno e inferior. E assim, também assujeitados ideologicamente, esses brancos não vêem, de fato, todos da elite do mesmo modo, desconsiderando sua cor de pele.

Importa lembrar que as posições-sujeito são intercambiáveis, o que significa que nenhum sujeito está irremediavelmente preso a ela. Assim, um “novo negro” não está condenado a reproduzir a ideologia de uma elite branca que depõe contra outros negros, ainda operários. Nem um indivíduo branco a ver indefinidamente os negros como seres inferiores.

A década de 40 já vai longe e, de lá para cá, embora numa porcentagem ínfima, o negro tem galgado posições nunca antes al-

cançadas e ganhado espaço na mídia em carreiras antes dominadas pelos brancos. Acresça-se a isto a força que a luta do movimento negro alcançou, em um processo de reivindicação de direitos de reparação, de conscientização, de afirmação e valorização da autoestima, da beleza e da cultura negras. Tudo isto tornou impossível ignorar a força e a presença negra no país. Mas uma outra questão se impõe, dividindo tanto negros quanto brancos: a miscigenação.

O crescimento da miscigenação gerou o avultamento de uma população de mestiços que levou ao surgimento de formações discursivas que, de um lado, colocavam os mestiços no grupo dos negros e que, de outro, não os reconhecia como pertencendo a essa raça. A miscigenação também tem polarizado a discussão entre aqueles que acreditam que esta é a saída para a democracia racial e os que disto duvidam.

O grande foco das discussões sobre o tema recai na miscigenação onde o negro entra como contribuinte genético, gerando mulattos e cafuzos que, em sucessivas miscigenações, acabaram por deixar como herança um grupo enorme de pardos cuja ascendência tem sido ultimamente ignorada. Em decorrência disto, tem recaído sobre o IBGE, críticas pelo fato de, no censo de 1991, ter alocado os pardos no grupo de negros, aumentando assim, nas estatísticas, a população de negros no país. Gusmão protesta, afirmando justamente que “Aí está a chave da distorção: o número de brancos diminuiu e o de negros cresceu mediante a inclusão dos pardos” e chega a taxar de quimera esse aumento. Importa perguntar de que FD surgem tais críticas. É necessário compreender o que esse dizer silencia. Em um momento histórico em que grandes universidades públicas têm adotado o sistema de cota racial para alunos oriundos de escolas públicas, subir o número de negros de 5,01% para quase 50% ao acrescentarem-se os 42,6% de pardos implicaria um processo muito mais oneroso de reparação e justificaria um sistema de cotas com reservas maiores para essa população, aumentando, assim, a “perda” da elite na disputa por uma vaga nas universidades públicas do país.

Não se pode, pois, ignorar as FDs nas quais os discursos estão inscritos. Separar pardos e negros significa inscrever-se na ideologia dominante, que insiste em negar quaisquer atitudes que visem a facilitar uma inserção mais justa do negro na sociedade. O discurso da

separação faz parte de uma política de silenciamento (Orlandi, 1993) que “se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 1993). Apagando-se a concepção de pardos como sendo também negros, o que se silencia é o direito a que eles fariam jus em uma situação de reparação. Incluir os pardos no grupo dos negros, não significa fundamentalmente negar a participação branca na composição genética ou cultural do indivíduo, mas lembrar-lhe de que, para o branco, no trato social, o pardo não é um deles. Porque a fenotipia dos pardos remete mais à sua ascendência negra, ainda que não direta (pai e mãe) que à sua ascendência branca.

É preciso remarcar que raramente um pardo é fruto da união de um negro com um branco da elite. Por isso ele está maciçamente presente nos mesmos bolsões de miséria que aqueles que têm sido aceitos como negros de fato pela elite da atualidade. Sueli Carneiro, em seu artigo *Ideologia tortuosa*, utilizando dados do IPEA, afirma que dos 55 milhões de pobres, 65% são negros, e que eles somam 70% dos 22 milhões de indigentes. Nesses números estão incluídos os pardos, vítimas, também, dos mesmos preconceitos raciais que os negros. Vítimas das mesmas exclusões. Não considerar os pardos como negros seria calar os preconceitos sofridos. Seria negar a realidade de segregação social. Seria considerar que o olhar dos brancos para os brancos sempre foi o mesmo que o olhar dos brancos para os pardos. Seria negar-lhes os mesmos direitos por que lutam os negros há décadas, embora tenham sofrido os mesmos preconceito e privações.

Claramente observamos que os discursos dos dois grandes grupos envolvidos nessa disputa ideológica do conceito de raça refletem duas formações discursivas distintas. Pode-se observar que a noção de raça sofreu um deslocamento, saindo de um contexto de legitimação da exploração e desmerecimento do negro, para um contexto de isenção de responsabilidade das elites brancas quanto ao *status quo* do negro na sociedade. Pretender esquecer o que se passou e nada fazer a respeito seria a saída mais cômoda, pois não afetaria os privilégios da elite.

Um argumento muito utilizado por aqueles que se posicionam contra o sistema de cota nas universidades é o de que isto seria desmerecer os negros, considerando-os incapazes de conseguir, sem pri-

vilégios, os que os brancos conseguem por seu próprio mérito. Seria diminuí-los perante a sociedade, reforçando assim o preconceito e o racismo. Parece um argumento muito lógico e convincente, reproduzido, inclusive, por vários pardos e negros em entrevistas a jornais, revistas e televisão. Mais uma vez devemos nos lembrar de que somos sujeitos, e que como tal, tudo que dizemos é ideológico.

O que não se diz quando se utiliza o argumento citado é que a maioria dos negros (aqui incluídos os pardos, como já dissemos) são oriundos de escolas públicas e que tem conteúdo defasado em relação à maioria branca, geralmente de elite, formada em excelentes escolas privadas. Nesse caso, não seriam os brancos que estariam sendo desmerecidos ao se afirmar a igualdade de condições nesses termos? Eles precisariam de uma escola melhor que a dos negros para conseguir competir em igualdade de condições? Como tal explicação jamais seria aceita - e não se pretende aqui que o seja - evidencia-se um discurso que visa à manutenção dos privilégios da elite e à permanência de pardos e negros nas mesmas condições sociais menos favorecidas, visto que, em uma disputa em que brancos já chegam em vantagem, não há competição de fato, se não entre pares. E mais uma vez se constata o assujeitamento de muitos à ideologia dominante.

Para além da discussão de raça, hoje, na espécie humana, o que se pretende é que o discurso científico não sirva de embasamento para a omissão em restituir o que esse mesmo discurso científico promoveu quando classificou os negros de mentalmente inferiores permitindo assim sua exploração e abandono. Mais que discutir as composições genéticas de pardos e negar-lhes identidade, importa revelar o olhar que a elite branca sempre teve para eles, e que a herança que lhes coube foi a mesma miséria e discriminação de seus antepassados negros. Mais que combater os negros que alcançaram posições de prestígio e deixaram de se solidarizar com aqueles que permaneciam em condições sociais inaceitáveis, convém lembrar o assujeitamento ideológico e as posições-sujeito, afim de nos perguntarmos sempre o que determinado discurso cala, para que assim não sejamos meros reprodutores das ideologias veiculadas pelas formações discursivas dominantes, pois só assim será possível dar um passo à frente e, rompendo barreiras e preconceitos, lançarmos um novo

olhar sobre o outro, propiciando, assim, um novo olhar sobre nós mesmos.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

CARNEIRO, Sueli. *Ideologia tortuosa*. Disponível em http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/educoes/ed64/sueli.asp

———. *De novo a raça*. Disponível em <http://espacoacademico.com.br/021/21ccarneiro.htm>.

CHAVES, Evenice, S. *Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massa nos primórdios da psicologia social brasileira*. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000200004&lng=pt&nrm=iso

GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso* – uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1993.

GUSMÃO, Sergio B. *Nem branco nem preto*. Disponível em: <http://sergiobg.sites.uol.com.br/pardos.html>

ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio* – no movimento dos sentidos. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1993.

REIS, Cláudio. *Movimento negro e a relação classe/raça*. Disponível em <http://espacoacademico.com.br>

A LINGUAGEM COMO AÇÃO: UMA PROPOSTA PRAGMÁTICA DE UMA ETNOGRAFIA PARA A LINGUAGEM.

Carlos Alvarez Maia
alvarez@iis.com.br

A LINGUAGEM E A AGÊNCIA MATERIAL

A impressão que se tem é que primeiro existe a linguagem (com palavras que têm significados, afirmações capazes de serem verdadeiras ou falsas) e depois, isso dado, vem ela a entrar dentro do relacionamento humano e a ser modificada por aquele particular sistema de relações humanas dentro do qual assim entra. (...) O que se omite é que essas mesmas categorias de significado etc., são logicamente dependentes, para seu próprio sentido, da interação social entre os homens. (...) Não se discute como a própria existência dos conceitos depende da vida em grupo. (Winch, 1958, p. 44)

Estamos em conflito com o modelo racionalista que supõe a linguagem como mero instrumento de comunicação mental de pensamentos que já estariam situados nas subjetividades humanas. Nossa compreensão de linguagem encontra-se alimentada por uma percepção pragmática que sugere a linguagem como ação concreta no mundo. Esta perspectiva endossa um modo construtivista para as interações humanas que transcende qualquer ênfase dada ao indivíduo isoladamente. É através de seu caráter relacional que se definem as maneiras de ser e pensar – e de falar – que são desenvolvidas pelos sujeitos, sempre, de forma interativa. Mas não só entre eles, os humanos entre si; trata-se de uma interação ampla: entre as pessoas, sim, porém situadas em circunstâncias e vivências específicas no mundo. Ou seja, o caráter relacional que se designa aqui é mais abrangente do que o de mera relação entre humanos, ele transborda para o mundo que nos cerca e sobre o qual falamos. Extraímos do mundo grande parte de nossos motivos e de nossas vivências. Todo dialogismo está situado em cenas de interlocução *no* mundo. Há uma materialidade “exterior” ao simples existir – “isolado”: pretensamen-

te autônomo – dos animais ditos humanos que enformam os seus modos de viver, as suas formas de vida (Wittgenstein). Dão corpo à alma. Dão materialidade à linguagem. Uma linguagem como ação concreta.

A base para toda essa enunciação está no conceito de agência.

Mas, afinal, o que é uma agência?

Nas suas demandas de sobrevivência todo animal entra em relação com o mundo que o rodeia. Esta relação é denominada de agência. Toda agência é “*intra-ativa*”, como diz Karen Barad (1999, 2001, 2007), ela ultrapassa a mera função interativa. Isto é, a agência é constitutiva das partes aí e assim envolvidas, é a forma de relação pela qual cada ser se faz e se refaz continuamente. Na agência é que os seres ganham suas existências. Existir é agenciar.¹ A fenomenologia da existência é a fenomenologia da agência.

No caso do humano, um animal gregário, sua característica determinante é de que as agências nas quais está envolvido passam por *práticas compartilhadas*.² Sua existência ocorre no interior do grupo ao qual pertença, através de vivências comuns – são práticas herdadas e transmitidas que estabelecem contornos para o agir coletivo. Essa herança de práticas é interiorizada por cada membro do grupo que as toma como suas e as emprega em seus agenciamentos no mundo. As práticas bem sucedidas são fixadas no grupo e tornam-se de uso socializado. Este procedimento receptor-transmissor constitui o fundamento para tornar o humano um animal histórico. Assim ocorre o devir histórico: na reprodução contínua de vivências pré-existentes, nas transformações e inovações estabelecidas e que se fixam e transmitem dentro do grupo. Cada indivíduo vive em acordo com as práticas já instituídas no grupo. Ou seja, a práxis já ocorre em condições históricas dadas.

¹ Quando um indivíduo confecciona uma lança a partir de um galho de arbusto ele está em agência com o arbusto e a ontologia desse ramo de árvore transforma-se na de um artefato, uma arma; já o simples indivíduo agora é um caçador. Caçador e arma são novas entidades constituídas pela agência. Existem pela agência.

² Em nossa percepção pragmática é central o entendimento de que as práticas compartilhadas definem a atividade humana. Veja também o conceito de “comunidade de práticas” em Ahearn, 2001, p. 127.

Essa condição histórica do humano encontra-se bem analisada em Leroi-Gourhan que já estabeleceu como os hominídeos primitivos realizavam seus agenciamentos através de uma rotina de procedimentos práticos, tanto para a confecção como para o uso de ferramentas e utensílios. Tais procedimentos partilhados pelo grupo e internalizados por cada membro ativo pressupõe que esses hominídeos reproduzam e transmitam essas práticas através das quais operam seus agenciamentos.

O emprego de algum instrumento, uma ferramenta, implica em seguir um conjunto de pequenos atos articulados entre si, isto é o “*seguir uma regra*” de Wittgenstein. São ações sucessivas que apresentam uma lógica para a fabricação e para a utilização do artefato – por exemplo, a escolha e coleta de um arbusto para a confecção de um arpão e a técnica de sua manipulação no ato de pescar. São operações encadeadas – “*cadeias operatórias*” – associadas à cada agência específica, à cada utensílio/ferramenta, e que se constituem elas próprias em uma técnica bem estabelecida. Há um caráter abstrato nesta materialidade da técnica. Assim, uma determinada ação está vinculada a um instrumento material, um utensílio, mas esse próprio instrumento solicita que haja uma abstração, uma operação simbólica para sua utilização. O utensílio vai além de sua concretude, ele solicita a apreensão de sua “*sintaxe operatória*”, da sua lógica de funcionamento, para se transformar em objeto utilitário comum e de uso continuado no grupo social. Tratam-se de uma “*cadeia operatória*” e de uma “*sintaxe*”, ambas, simbólicas. Um determinado instrumento material é inseparável do procedimento que lhe dá sentido, que lhe propicia uma significação. Cada agência envolve um instrumento concreto e também a assimilação de suas técnicas de utilização, ou seja, a agência já opera no espaço simbólico (Leroi-Gourhan, 1990, p. 116-117).

Esse é o papel fundante da linguagem, um papel constitutivo da agência.³ Participa e complementa a materialidade da ação, em

³ Essa é uma característica decorrente da proposta de Leroi-Gourhan (citado) a qual articula um desenvolvimento simultâneo para a linguagem e as técnicas e aqui ele segue de perto o antropólogo russo V. V. Bounak, L'origine du langage, in Les processus de l'hominisation. Colloques Internationaux du CNRS, Les Sciences Humaines (Paris 19-23 mai 1958), Paris 1958, 99-111. Ver Leroi-Gourhan, 1990, p. 116-119, 220. Esta associação entre utensílios, práticas e linguagem funda a compreensão de que há uma “cadeia operatória” que organiza gestos, re-

sua concretude, ao forjar as significações da agência dando-lhe sentido. A linguagem integra a agência em sua essência, em sua natureza simbólica e que constitui a lógica da ação. A linguagem fornece os contornos que estabelecem a agência como recurso simbólico-material necessário para movimentar o existir, histórico, por excelência.

A LINGUAGEM COMO AGÊNCIA

Aprender habilidades é uma ação executada no espaço simbólico pois a cada nova vez que se repete a operação implica em reter o significado já estabelecido, ou melhor, implica em refazer uma significação anteriormente socializada. O instrumento material de uma agência somente é constituído em seu uso concreto. Tanto o procedimento de uso quanto o próprio “corpo” do utensílio, em sua materialidade, constituem o tal artefato. Uma ferramenta é composta por ambos, a sua materialidade e a sua significação simbólica. Ambas necessitam ser fixadas e reproduzidas no grupo. São operações simultâneas, inseparáveis.

Nesse processo interligado entre o material e o simbólico, as práticas compartilhadas se desdobram em significações igualmente compartilhadas. Toda ação está envolvida por um sentido que lhe dá um motivo, são ações motivadas por uma teia de significações.⁴

A socialização que ocorre nesta reprodução, na interiorização das regras, dos usos e dos procedimentos para as habilidades técnicas, é sustentada por elementos simbólicos. Esse conjunto de técnicas simbólico-materiais constituem laços que consolidam indivíduos em práticas compartilhadas no grupo. São práticas que permanecem no grupo, como características históricas do grupo continuamente reproduzidas. Renovam-se na memória. Assim, a permanência de um instrumento, de um utensílio, de uma técnica, é da mesma ordem da

apresentações simbólicas e os utensílios – em sua fabricação e uso – em uma “sintaxe operatória”. Esta lógica operacional associada aos artefatos é que constituem a técnica.

⁴ Tal como pensar a agência através de “práticas compartilhadas” (*shared practices*), compreender essa atividade como de “significações compartilhadas” (*shared meanings*) constituem elementos indispensáveis para nosso olhar pragmático.

persistência de uma operação simbólica. A cadeia operatória e sua sintaxe sobrevivem na memória histórica do grupo. Esta a noção de dizer-se que a técnica é tanto simbólica quanto material. Em todo fazer há um saber-fazer.

Ao ser protagonista em um conjunto de agências, cada membro de um grupo participa de uma certa quantidade de práticas compartilhadas, das diversas cadeias operatórias que são necessárias para a sobrevivência individual e coletiva. Isso produz uma arquitetura simbólico-material de significações comuns para o grupo e desenha uma maneira pela qual seus membros vivem e sentem o mundo, desenha uma “*forma de vida*” wittgensteiniana. A trama de cadeias operatórias utilizadas estabelece uma percepção do que seja o mundo e de como agir nesse mundo. O mundo se apresenta como um feixe de agências que expõe significações para seus usuários-agentes. Nesse estágio, a historicidade de um certo membro do grupo é dada pelo conjunto articulado de agências que compõe e rege a sua vida naquele grupo. Ele age e percebe o mundo através de sua historicidade, das significações disponíveis e que estão enfeixadas por essa trama de agências.⁵

Essas agências se compõem de práticas que também são significações compartilhadas. E tais significações fornecem uma orientação prático-simbólica para aquela “*forma de vida*” viver sua vida, para seu existir no mundo. Aquela parcela do mundo que não participa dessas agências é percebida de maneira diferente, chega a ser desconsiderada por não integrar os interesses e motivos daquela “*forma de vida*”. É uma parte do mundo que perde visibilidade e não adentra o sistema simbólico das significações instituídas. Torna-se um significante sem significado. As agências fornecem percepções seletivas. A natureza não é olhada como um todo homogêneo. Assim se produzirá uma taxonomia. Na natureza do mundo somente ganham destaque aquelas entidades, aqueles significantes, que já integram o sistema simbólico, que já possuem significados naquele grupo, que se tornaram significantes nas práticas de agências vividas naquele grupo. O olhar dirigido ao mundo filtra, recorta o que deve e pode ser

⁵ Essa forma de articular Wittgenstein com a noção de agência é essencial para nossa compreensão pragmática que inclui o “seguir uma regra”. Ver também Pickering (1995, p. 6): “the world is filled not, in the first instance, with facts and observations, but with agency”.

visto. O cenário do mundo recebe iluminação desigual, boa parte desse cenário permanece na penumbra dos interesses. Delimita-se e foca-se a cena através desse perceber dirigido, orientado e engendrado na historicidade de seus agenciamentos anteriores e articulados entre si. É um ver seletivo ou como dizia Fleck, um “*ver formativo*” – um *Gestaltsehen*. Percebem-se umas formas e não outras.⁶

Há um acervo de significações já estabelecidas na memória e que fornecem o repertório interpretativo no qual os eventos do mundo são decodificados. Um novo acontecimento no mundo será examinado em contraste com esse acervo passado. Ou seja, a compreensão do novo depende do “saber” constituído pelas práticas consolidadas. O léxico das práticas vividas estabelecem o *Gestaltsehen* pelo qual o grupo se adapta e reage ao devir do mundo. Os membros do grupo – ao ampliarem suas vivências, seu léxico de vivências – incorporam novas experiências significativas e estabelecem, assim, novos saberes.

As coisas do mundo afetam, sensibilizam os humanos segundo esse repertório. Se já integram o acervo de práticas anteriores – isto é, já integram a historicidade daquele corpo – então serão sentidas em acordo com este léxico historicamente constituído e teremos uma percepção, como analisa Merleau-Ponty (2006), porém, se estiverem fora desse espaço das significações pregressas, abrir-se-á um dilema. Ou serão ajustadas, por algum tipo de similaridade às já vivenciadas, ou permanecerão insignificantes, à espera de uma definição sensório-compreensiva. Cada evento no mundo não se traduz automaticamente em uma percepção, mas será uma recepção sensória de algo indefinido, um estímulo ainda não significado – um “*traço*”, um *traço imotivado* –, como designa Derrida (1999). O traço emerge nas diferenças sensoriais, como pura diferença. O traço é o sintoma das diferenças estabelecidas nas atividades sensoriais e nas percepções. Marcando a distância entre o traço e a percepção há o motivo significativo de algo que já frequenta o espaço simbólico das significações instituídas. Ao vencer essa distância, o traço abre-se ao *Ges-*

⁶ Em Fleck (1979) é indispensável que se compreenda as atividades cognitivas como produzidas por práticas compartilhadas em um grupo. Um “estilo de pensamento” associado a um “coletivo de pensamento”.

taltsehen. Somente através desse processo o traço encontra seu vir-a-ser percepção.⁷

Cada indivíduo age e percebe o mundo através da trama de agências que constitui o âmago de sua vivências e estabelece a sua historicidade. Essa prática do seu viver lhe permite um entendimento do mundo – e também de si e de seus pares sociais – e lhe justifica uma avaliação normativa sobre seu próprio agir. Ele já traz incorporado em seu modo de ser o conjunto de normas e significações socialmente partilhadas – são valores, comportamentos, atitudes, juízos éticos e estéticos. Através dessa internalização ele classifica, constrói uma taxonomia para as coisas do mundo, para o mundo.

Assim, desde a pré-história, há uma forte conexão entre o saber e o fazer. A cognição emerge como decorrência das práticas de ação no mundo, elas conjugam as formas de percepção do mundo associadas aos agenciamentos. Do ponto de vista da compreensão pragmática aqui exposta, o conhecimento não é caracterizado como uma produção estritamente mental como o logocentrismo iluminista propõe. Nem é movida por um motor, a Razão, uma essência que faz o animal humano alcançar um estado “iluminado” de humanidade mítica. A “razão” não é uma entidade endógena do ser humano mas decorre do processo histórico que o constitui como “ser racional”. Antes de ser o motivo que explique o evoluir do gênero *homo*, a “razão” necessita ser explicada por este evoluir, provavelmente, talvez, como uma estratégia eficaz de intervenção.

Considere-se que as características biológicas desse animal designado como *Homo Sapiens* são basicamente as mesmas desde o seu alvorecer na história. Entretanto, a maneira pela qual ele realiza seus agenciamentos sofreu grandes alterações. A filogênese do gênero – que durou milhões de anos – alcançou o seu patamar característico com o aparecimento da espécie humana há cerca de 1 ou no máximo de 3 décadas de milhares de anos, no fim do paleolítico, porém a “filogênese” histórica na qual a nossa espécie se aventurou a partir

⁷ Esta articulação entre o “traço” derridiano e a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty e com a sociologia do conhecimento de Fleck é de minha responsabilidade. Proponho que enquanto pura diferença sensorial o traço imotivado ainda não está constituído em uma percepção, não ganhou um sentido, é um estímulo de mera diferença sensível. Somente ao ingressar na historicidade do ser é que o traço origina uma percepção.

desse momento sofreu profundas transformações. Há uma brutal diferença de escala temporal entre a filogênese biológica e a “filogênese” histórica.⁸

No plano da história, seus agenciamentos receberam inúmeras inovações e ocorreram diversas alterações históricas cumulativas e adaptativas nesse período. Passou-se do fogo para a panela, da pedra lascada à polida e aos metais, estabeleceu-se a agricultura e a pecuária – em suma, houve um devir que acumulou/descartou as agências nas quais o primitivo se envolveu. São transformações ocorridas no plano histórico e não no biológico. Nesse intervalo, de algumas décadas de milhares de anos, permanecemos sustentados por uma mesma e inalterada estrutura biológica, mas do ponto de vista histórico é um alentado conjunto de mudanças. Há uma sucessão de novas agências que se fixaram e se desenvolveram. Por isso falamos abusivamente de uma “filogênese histórica”. Há uma constituição na história, as agências são constitutivas desse continuamente “novo” ser, histórico. Se há um motor, este se encontra nas transformações sucessivas dos agenciamentos envolvidos. Isto fundamenta bem a hipótese de Karen Barad, a agência é intra-ativa. A agência produz novas entidades, o humano é e não é o mesmo. Do ponto de vista biológico, nada mudou, porém no cenário histórico, a distância que separa as “formas de vida” dos indivíduos – desde o paleolítico – é brutal. O conjunto histórico de agências acumuladas em dezenas de milhares culminou produzindo o homem iluminista, crédulo de que nascera pleno de racionalidade, desconhecendo esse devir de agenciamentos.

Já o esquema racionalista explicativo para o conhecimento violenta a história. Ao considerar a cognição como produto de mentes privilegiadas, isoladas do mundo material que as rodeia, elabora várias fantasmagorias. Da ruptura entre o mental e o corpóreo, entre o sensível e o inteligível, entre aparência e essência, desenha um “mundo” ficcional de protótipos que reapresentam o mundo real em uma ordem pré-estabelecida. São cópias ou simulacros que pretendem representar a lógica do mundo, representações. Aqui se tem o conhecimento como representação.

⁸ Tomasello (2003, p. 282-292). Ver também uma síntese dessa filogenia em André Leroi-Gourhan (2001, p. 11-14).

Para o racionalismo iluminista seria demasiado modesto supor que a cognição decorreria de uma interação – muito ao estilo de uma seleção natural –, das práticas existenciais “primitivas” de seres comuns lutando por suas sobrevivências. Tinha que ser grandiloquente, e criou o homem-deus após a Revolução Científica. Assim batizou a si próprio como *Homo Sapiens*. Dotado de grande sabedoria, *Homo Sapiens Sapiens*. E apontou um clímax: a Ciência Moderna. Elaborou o corte epistemológico definitivo entre um passado cinzento, uma sonolência na penumbra, e o futuro iluminado, em um despertar eufórico e revolucionário. Agora, com a Ciência, descobria-se a verdade sob o manto das aparências. O mundo como “representação verdadeira” do Real.

A lenta conquista de agenciamentos – de milenares agenciamento cumulativos selecionados – fora apagada. A longa história humana de práticas interativas – ou, intra-ativas – é substituída por um entusiasmo juvenil de pós-renascentistas, uma *ego trip*. Ora, essa percepção egocêntrica nada mais é do que um simples evento na história e pode ser compreendido historicamente. Um evento egóico que reduziu o processo cognitivo estabelecido no longo devir histórico a uma mera ação de mentes brilhantes, entre homens-livre-pensadores ufanistas de si próprios e de sua racionalidade. O ambiente, a natureza, tornou-se meramente um coadjuvante externo, a ser explicado. O que contava agora eram os juízos sintéticos e analíticos das mentes humanas entre si. Mentos sem corpo, sem matéria, capazes de por pura reflexão desvendarem a lógica subjacente do mundo. Um acordo – racional – entre os homens decidia como o mundo devia ser.

Nessa cavalgada racionalista pouco restou de criativo para a linguagem. Constituiu-se como parte periférica deste cenário copista arquitetado por mentes excepcionais sob o crivo da Razão. A linguagem como simples transmissora de ideias racionais que já se constituíam como pensamentos nas subjetividades, pensamentos que se pensam em si próprios, em abstrações solipsistas.

Sua principal função agenciadora – de ser o agente interativo na produção dinâmica das significações partilhadas – é mascarada e suprimida. Nesse olhar, a linguagem torna-se um corolário estático do conhecimento que ela própria produziu e deu movimento. Ora, mas uma agência somente se efetiva como tal ao ganhar um sentido

que emerge da cena, das significações que se fazem na interatividade dos agentes através da instância simbólica. As significações de uma agência desenham na temporalidade aquilo que é o constitutivo intrínseco do que se designa como linguagem. Isto é, linguagem como esteio fundamental do devir histórico através de seus agenciamentos.

BIBLIOGRAFIA

AHEARN, Laura M. Language and agency. *Annu. Rev. Anthropol.* 2001, 30, p. 109-37.

BARAD, Karen. Agential realism: feminist interventions in understanding scientific practices. **In:** BIAGIOLI, Mario (ed.). *The science studies reader*. New York: Routledge, 1999, p. 1-11.

———. Re(con)figuring space, time, and matter. **In:** DEKOVEN, Marianne (ed.). *Feminist locations; global and local, theory and practice*. New Brunswick: Rutgers, 2001, p. 75-109.

———. *Meeting the universe halfway*. Durham & London: Duke University Press, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

DURANTI, Alesandro. *Antropología lingüística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

FLECK, Ludwik. *The Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

HARBERS, Hans (ed.). *Inside the politics of technology. Agency and normativity in the co-production of technology and society*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2005.

LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra*. Técnica e linguagem. Lisboa: Edições 70, 1990.

———. *Os caçadores da pré-história*. Lisboa: Edições 70, 2001.

MAIA, Carlos A. A materialidade da linguagem na história e na ciência. **In:** *Cadernos do CNLF. Linguística Textual, Pragmática etc.* Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006, v. X, nº 13, p. 45-56.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. **In:** MIRANDA, Neusa Salim e NAME, Maria Cristina. *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005, p. 49-77.

———. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PICKERING, Andrew. *The mangle of practice: time, agency, and science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

SUCHMAN, Lucy. 'Human/Machine Reconsidered', published by the Department of Sociology, Lancaster University at. <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc040ls.html>

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WINCH, Peter. *The idea of social science and its relation to philosophy*. London: Routledge and Kegan Paul, 1958.

———. *Comprender una sociedad primitiva*. Barcelona: Paidós, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.

A LINGUAGEM URBANA: O DISCURSO PÚBLICO E PRIVADO⁹

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS)
eliaspedrosa@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Analisar a linguagem, seja em que modalidade se manifeste, tem sido um desafio para linguistas e outros especialistas de áreas que trabalham com a linguagem. Assim é que nosso desafio é analisar as manifestações linguageiras de familiares que exaltam os feitos dos filhos através de faixas expostas em frente às suas casas ou prédios e também as faixas direcionadas a agradecimentos religiosos por graças alcançadas e mesmo outras manifestações de discursos que há até pouco tempo eram consideradas de circulação restrita ou privada e agora atinge um patamar de circulação pública e, a partir desses exemplos, apontar o *ethos* constituído através desta prática discursiva e social. Para alcançar esses objetivos, nos propomos a utilizar a metodologia da pesquisa de campo seguindo as orientações da Análise Crítica do Discurso de orientação social.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: O DISCURSO PRIVADO E PÚBLICO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma disciplina que dialoga com a Linguística e a Ciência Social Crítica e constitui um modelo teórico-metodológico aberto a pesquisas de diversas práticas na vida social.

Por isso, as análises empíricas em ACD devem movimentar-se entre o linguístico e o social, pois esta considera o discurso como uma forma de prática social, ou seja, como um modo de ação sobre o mundo e a sociedade, apontando para as mudanças sociais contemporâneas e as práticas emancipatórias. Isto justifica por que pesquisa, nesse campo, requer uma visão científica de crítica social a

⁹ Pesquisa financiada pela UFS, edital POSGRAP 02/ 2007, PAIRD.

fim de prover base científica para um questionamento crítico da prática social (Resende e Ramalho, 2004).

Há que se considerar o vínculo indissociável entre linguagem e sociedade. Esse caminhar junto é “um dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e autorregula. Ao mesmo tempo que (re)valida o princípio de que a linguagem é uma prática social” (Gouveia Flul, 2006).

Por ocasião do estabelecimento desse campo de estudo, suas concepções básicas, entre outras, incluíam ponto de vista como (Kress, 1989 apud Wodak, 2006)

- A linguagem é um fenômeno social.
- Indivíduos, instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem
- Os textos são as unidades relevantes da linguagem na comunicação.
- Os leitores/ouvintes não são recipientes passivos quando se relacionam com os textos.
- Há similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições.

Os aspectos acima elencados apontam para a visão de discurso enquanto prática social e como tal, ele

estabelece uma relação dialéctica com a estrutura social, na medida em que se afirma como um dos seus princípios estruturadores, ao mesmo tempo que é por ela estruturado e condicionado. Ou seja, a estrutura social é uma condição para a existência do discurso, mas é também um efeito de tal existência: por um lado, o discurso é constrangido e formado por relações ao nível da sociedade, por relações específicas a instituições particulares, por sistemas de classificação e por várias normas e convenções, de natureza quer discursiva, quer não discursiva, de tal forma que os eventos discursivos variam, na sua determinação estrutural, de acordo com o domínio social particular ou enquadramento institucional em que são gerados. (Gouveia Flul, 2006).

As convenções sociais moldam e são moldadas pelo discurso. Este aspecto define e sustenta o que queremos apresentar com esta

pesquisa. A instituição família divulga seus discursos moldando um discurso que antes era privado e agora passa a circular publicamente.

Essa reestruturação do limite público/privado é evocada em Fairclough (2001). O autor aponta para uma fragmentação dessa distinção, em que “a vida pública e a privada são reduzidas a um modelo de ação e motivação individual, e de relações baseadas em presumida experiência popular da vida privada” (Fairclough, 2001, p. 147).

Atestamos esse novo cenário através de faixas e *outdoor* elaborados por familiares para divulgar eventos e feitos de filhos, pais, e outros parentes chegados. E assim, desenha-se um novo cenário urbano, em que o herói já não é mais aquele que venceu uma guerra e por isso merece uma estátua, mas uma pessoa comum que passou no vestibular e por essa razão recebe várias faixas em frente a sua casa e ruas adjacentes. Já não é uma princesa que se faz anunciar na sociedade, mas é a foto de uma jovem que os pais orgulhosamente apresentam em um *outdoor* por ocasião de seus 15 anos. Esse cenário também abre espaço para a linguagem da fé. Pessoas comuns fazem questão de anunciar aos transeuntes os milagres que receberam em suas vidas.

Discurso privado com circulação pública e a construção do ethos

A construção da imagem de si (*ethos*) através do discurso estabelece a relação com o interlocutor. Nesta pesquisa sobre a linguagem de familiares no espaço urbano aponta para um cenário urbano que se modifica, inaugurando um espaço de interação que influencia a representação das “faces” dos interlocutores (Amossy, 2005).

Essas práticas discursivas retratam mudanças sociais e culturais. Constroem-se, com essas práticas, novas identidades e memória de um povo. E nesse espaço de interlocução urbana, inserem-se novas vozes que buscam ser ouvidas, constituindo, deste modo, alteridades, numa confirmação em que a consciência de si passa necessariamente pelo reconhecimento da presença do Outro. “Toda a parte verbal de nosso comportamento (quer se trate de linguagem exterior ou interior) não pode, em nenhum caso, ser atribuída a um sujeito individual considerado isoladamente” (Bakhtin, *apud* Dahlet, 2006, p 55), já advogava Bakhtin em sua época.

Estamos, destarte, diante da construção de um espaço discursivo que retrata uma sociedade em mudança, como já ressaltamos, e uma pesquisa social científica sobre mudança social e cultural, defendida pela Análise Crítica do Discurso (ACD), nos moldes praticados por Fairclough 2001 a, b; 2003, Pedrosa, 2005, Wodak, 2004, responde a questões que se nos apresentam, tais como: de que forma práticas discursivas, eventos e textos se relacionam com estruturas sociais e culturais? Como práticas discursivas se constituem ideologicamente e também têm condições de apontar essas ideologias?

A mudança histórica, uma das grandes preocupações da ACD, é compreendida como "(...) mudanças de praticas discursivas e seu lugar dentro de processos mais amplos de mudança social e cultural" (Fairclough, 2001, p. 38). Com as palavras a seguir, Wodak (2004, p. 27) testemunha a contribuição de Fairclough em relação aos estudos que apontam para as mudanças sociais, como ponto também de avanço nas pesquisas em ACD: "Mais tarde, Fairclough (1992, 1995) e Chouliaraki e Fairclough (1999) explicam e elaboram alguns avanços da ACD, mostrando (...) como a ACD é útil para revelar a natureza discursiva de muitas das mudanças sociais e culturais contemporâneas".

Teorias críticas, como a ACD, por exemplo, "objetivam a produção de conscientização e da emancipação" (Wodak, 2004, p. 30). As mudanças históricas, em ACD, definem-se a partir de mudanças de praticas discursivas e seu papel em processos mais amplos tanto de mudança social e quanto cultural (Fairclough, 2001b).

Esse aspecto de emancipação constitui uma característica forte da ACD. Através da investigação das relações existentes entre discurso e prática social, procura-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação dessas estruturas. É dessa forma que a ACD vem se desenvolvendo e se atualizando, ao buscar estreitar os laços com teorias sociais (Resende e Ramalho, 2004).

Para atender a essa nova virada, Fairclough (2003) sugere que deve ocorrer uma guinada tanto social quanto crítica e histórica. Por isso que, ao utilizar o termo discurso, ele o associa ao uso da linguagem como forma de prática social, negando-lhe um caráter essencialmente resultante de uma atividade individual ou reflexo de variá-

veis situacionais (Fairclough, 2001). O discurso é um modo de ação, uma prática que transforma o mundo e os outros indivíduos no mundo.

Segundo perspectiva de Resende e Ramalho (2004), a partir de leitura de Harvey (1996), o discurso seria tão somente um momento do social e sua relação com outros momentos é uma questão que deve ser avaliada. Os momentos das práticas, de acordo com Harvey (1996, *apud* Resende e Ramalho, 2004, p. 04), são: “relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos, instituições/rituais e discursos.”

Inserido nesse contexto, Mey (2001) defende que o exercício da voz no discurso é uma atividade política porque o discurso é uma noção política. Corroborando esse mesmo aspecto, encontramos em Maingueneau (2000), que em um discurso, as vozes são marcadas por seus lugares sociais, os interlocutores marcam ao mesmo tempo o lugar que pretende ocupar e o lugar que pretende conferir ao outro no discurso.

Voltando a Fairclough (2001 a, b; 2003), o discurso seria tanto constituído pelo social (por suas formas reprodutivas socialmente), mas também seria constitutivo do mesmo (socialmente transformativos). Por isso que entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-la como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimentos e crenças.

Quando se começou a estender o objeto da linguística para o discurso, esse objeto era estudado, principalmente, na “descrição da estrutura dos textos e das conversações ou nos processos psicológicos do discurso. Não obstante, na última década, nos demos conta de que a linguística e a Análise de Discurso são, também, parte das ciências sociais e precisam legitimar sua posição na sociedade” (Resende e Ramalho, 2004, p. 8).

Desse modo, podemos afirmar, concordando aqui com Sant’Anna et al (material sobre relação entre linguagem e trabalho, cedido em 2006), que este trabalho também

participa de um conjunto de reflexões voltadas para a ampliação do perfil do linguista como cientista social, em especial no que se refere a análises que se voltam para o conhecimento de seu entorno sócio-histórico. Tal perfil não só atende a novas demandas da sociedade, como também permite ao linguista aproximar-se de discussões teórico-metodológicas que até então não eram privilegiadas pelos estudos linguísticos.

O *ethos* na AD e ACD é tratado de maneira convergente. Resolvemos tratar este assunto diretamente com a análise no tópico 4.4.

METODOLOGIA E OBJETIVOS

Situar o espaço urbano como um espaço discursivo onde circulam mensagens de cunhos particular e público, sendo a circulação do discurso privado uma característica da fragmentação da distinção entre esses dois tipos de discursos que apresentam, na atual conjuntura da sociedade pós-moderna, aspectos similares em sua produção, distribuição e consumo vem a ser nosso objetivo geral para esta investigação. Com base nesse objetivo geral, desenvolveremos alguns objetivos específicos:

- Classificar, por temas e domínios, os *outdoors* e faixas de “domínio privado”;
- Identificar o grau de familiaridade/parentesco estabelecido na mensagem;
- Analisar as práticas textuais, discursivas e sociais veiculadas nas faixas e *outdoors*.
- Identificar que representação o enunciador faz de si e do interlocutor (*ethos*).

Contextualização geográfica da pesquisa

A pesquisa terá como espaço urbano e discursivo a cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. O ano base será de novembro de 2007 a julho de 2008. O corpus será formado de faixas e *outdoors* afixados por familiares nos bairros da cidade. O perfil da cidade de Aracaju pode ser encontrado em (<http://www.aracaju.se.gov.br/cidade/>) e (<http://www.infonet.com.br/joshuarts/aracaju.htm>). É uma cidade

planejada, as ruas formam um xadrez. A população estimada em 2006 é de 505.286 habitantes.

No início do século passado, Aracaju apresentava mais as características de um povoado que uma cidade capital. Segundo o site da Prefeitura, por volta de 1920, aconteceram as grandes transformações urbanísticas em torno das comemorações do primeiro Centenário da Independência de Sergipe. Em outras décadas, o crescimento e urbanização de Aracaju se definem, e atualmente, Aracaju apresenta aspectos de cidade grande.

Pelo que acompanhamos, o estabelecimento da cidade criou um paisagismo urbano que se compara às grandes cidades planejada. Contudo, a nossa pesquisa não situa mais o aspecto topográfico neste paisagismo, mas o linguageiro, dentro de uma proposta de linguagem verbal e semiótica.

ANÁLISE: ETHOS NO DISCURSO PRIVADO

Temas das faixas de “domínio privado”

Os temas identificados nas faixas são os mais diversos: felicitação de aniversário, de dia das mães, aniversário de familiares, graça alcançada. Porém um tema se destaca: os feitos dos filhos ao passar no vestibular. Então, principalmente, no meio e final de ano, vamos encontrar estas faixas distribuídas em frente às residências e condomínios, vindo, assim, a acrescentar as faixas apresentadas por cursinhos divulgando a vitória de seus alunos.

Grau de familiaridade/parentesco estabelecido na mensagem

Geralmente as faixas são identificadas como sendo, de um modo geral, de “familiares”. Porém, encontramos outros locutores específicos: “vovô X e vovó” Y; “seus pais”; “seus filhos e netos”; “filha, genro e netos”.

Práticas textuais, discursivas e sociais veiculadas nas faixas

Como afirma Fairclough (2001), a circulação do discurso privado em nossa sociedade apresenta a característica da fragmentação da distinção entre o discurso público e o privado. Deste modo, a mudança histórica passa pela mudança discursiva e vice-versa, pois a linguagem é um fenômeno social.

Ao considerar que “indivíduos, instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem”, podemos entender essa nova manifestação do discurso privado. A instituição família que se fazer ouvida em seu espaço urbano, ocupando o lugar de verdadeiras ‘agências publicitárias’ de seus membros.

Exemplo Faixa 1:

Parabéns ‘fulano’
arquitetura e urbanismo – UNIT
Sucesso é o que deseja seus familiares

Exemplo Faixa 2:

‘Fulana’. Escola Bahiana de Medicina
Estamos orgulhosos com a sua conquista
vovô X e vovó Y

Exemplo Faixa 3:

Fulana, você não é fraca não
Além de gás você tem petróleo
Unit 2008-07-10
sua família que te ama

Com certeza, a maioria dos interlocutores que lê as faixas não conhece o não-sujeito (para usar a nomenclatura de Benveniste) louvado e nem o sujeito que se materializou na linguagem. Contudo, os interlocutores passam a receber a informação de que naquela residência alguém teve sucesso no vestibular, assim sendo, o discurso passa a marcar o lugar de mais uma voz que se quer ser ouvida, atestando que o discurso é uma forma de prática social.

O discurso é um dos mecanismos pelos quais a sociedade tanto se reproduz e como se auto-regula. A estrutura social é uma condição para a existência do discurso, e também o resultado de tal existência (Gouveia Flul, 2006). Repetindo Fairclough (2001, p. 147): “a

vida pública e a privada são reduzidas a um modelo de ação e motivação individual, e de relações baseadas em presumida experiência popular da vida privada”.

O exercício da voz no discurso é uma atividade política, pois o discurso é uma noção política. Vejamos mais alguns exemplos:

Exemplo Faixa 4:

Parabéns Falana, campeã e vice campeã
Campeonato Brasileiro região I Liga Nacional de Judô
Agradecemos a Deus e aos patrocinadores
Centro automotivo Mota e Colégio Arquidiocesano
Seus familiares

Exemplo Faixa 5:

Fulana (nome dentro de um coração)
Mãe, avó, sogra e acima de tudo a melhor amiga.
Que Deus te abençoe
Te amamos, Filha, netos e genro.

Exemplo Faixa 6:

Agradeço a Santo Expedito, pela graça alcançada
M. P.D.F

O discurso como um momento do social precisa ser avaliado com outros momentos. Esses outros momentos estão ligados ao poder, as práticas materiais, as crenças, e aos rituais das instituições. Ele seria tanto constituído por suas formas reprodutivas socialmente, como também seria socialmente transformativos. Por isso que entender o uso da linguagem como prática social pressupõe entendê-la como um modo de ação que é situado historicamente, e mais que é constitutivo de identidades sociais.

As identidades sociais evocadas nos exemplos acima foram constituídas por uma prática social transformativa, pois consideramos que esta divulgação do discurso privado através de um suporte público não ultrapassa a mais de uma década na cidade de Aracaju.

Representação de si e do outro (ethos)

O termo *ethos*, herdado da retórica antiga, e retomado em ciências da linguagem e Análise do Discurso, “designa a imagem de si

que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre o seu alocutário” (Charaudeau; Maingueneau, 2004, p. 220).

O posicionamento da AD é de que o enunciador constrói a imagem de si através do caminho que ele elege a fim de legitimar seu dizer. Em seu discurso, ele marca sua posição institucional e também marca sua relação a um determinado saber (Charaudeau; Maingueneau, 2004).

Ainda de acordo com Charaudeau (2006), o *ethos* relaciona-se ao cruzamento dos olhares do outro e do eu sobre o discurso. Com isso, o autor destaca para constituir a imagem do enunciador, esse outro se sustenta ao mesmo tempo tanto nos dados preexistentes ao discurso como nos dados trazidos pelo ato de linguagem.

Dentro do quadro teórico da ACD, a noção de *ethos* não vai diferir da perspectiva defendida pela AD.

O *ethos* resulta da identidade psicológica e social que é atribuída a um sujeito mediante suas palavras no discurso (Charaudeau, 2006). Nos seis exemplos que apresentamos no tópico 4.3, verificamos o *ethos* de amor dos familiares por um de seus membros que teve sucesso. Contudo, podemos destacar que “o sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz, e, ao mesmo tempo, o interpretamos como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é.” (Charaudeau, 2006, p. 116). Os papéis do sujeito ligam-se às representações sociais: “o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos” (Charaudeau, 2006, p. 117). Assim é que os papéis de familiares amorosos, orgulhosos só são permitidos pelas representações que circulam em seu grupo social. Confirmem-se as marcas linguísticas que permitem a identificação desses *ethé* de amor e orgulho de familiares.

Exemplo 1 - Sucesso é o que deseja seus familiares

Exemplo 2 - Estamos orgulhosos com a sua conquista

Exemplo 3 - sua família que te ama.

Exemplo 5 - Te amamos, Filha, netos e genro.

O *ethos* resulta de julgamentos de indivíduos de um grupo social com base práticas sociolinguageiras (Charaudeau, 2006). Ainda afirma Charaudeau (2006, p. 168) que “cada locutor tem uma manei-

ra de falar que lhe é própria, mas ao mesmo tempo depende de comportamentos e de papéis sociais bem repertoriados.” Esses papéis ‘bem repertoriados’ estão sustentados nos papéis de pais, avós, filha, netos e genro legitimado socialmente.

Exemplo 1 - Sucesso é o que deseja seus familiares

Exemplo 2 - Estamos orgulhosos com a sua conquista. Vovô X e vovó Y

Exemplo 3 - sua família que te ama.

Exemplo 4 - Seus familiares

Exemplo 5 - Te amamos, **Filha, netos e genro.**

A maneira de dizer do locutor autoriza a constituição “de uma verdadeira imagem de si e, na medida que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos” (Amossy, 2005, p. 16 e 17), ela também contribui para uma inter-relação entre o locutor e seu alocutário.

CONCLUSÃO

Como resultado, esta pesquisa objetivou apresentar um perfil da linguagem urbana resultante da fragmentação da distinção entre o discurso veiculado em domínios público e privado.

O espaço urbano está identificado como um espaço discursivo onde encontramos um discurso que constitui o *ethos* de famílias louvando os feitos dos filhos em passar no vestibular, agradecendo bênçãos recebidas e outras mensagens que eram exclusividade de um domínio privado ou veiculado em outros espaços discursivos.

Na atualidade, pelo menos, na cidade de Aracaju, vivemos em um mundo de linguagens e de leituras semióticas que penetram nossos sentidos e transformam nossos valores e forma de ver o mundo. Passamos a ter interesse em divulgar e receber informações que até pouco tempo eram consideradas privadas. Esse novo paradigma mudou o cenário urbano no que diz respeito às mensagens que recebemos. Esse é um retrato de mudanças sociais e culturais que cria representações de um povo em relação a seus valores e crenças.

REFERÊNCIAS

AMMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. **In:** —. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

———. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. **In:** BRAIT, Beth (org). *Bakhtin: dialogismo e construção de sentido*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 55-86.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001a.

———. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. **In:** MAGALHÃES, Célia (org). *Reflexões sobre análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b, p. 31-82

———. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. **In:** WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.

GOUVEIA FLUL, Carlos A. M. *Análise crítica do discurso: enquadramento histórico*
(<http://www.fl.ul.pt/pessoais/cgouveia/artigos/HCC.pdf>). Acessado em 10/06/2007

MAINGUENEAU, Dominique. Termos-chave da análise do discurso. *Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000*.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. **In:** *IX Congresso nacional de linguística e filologia – Cadernos do CNLF*, Vol.IX, nº 03. – Rio de Janeiro, 2005, p. 43-68.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise crítica do discurso*. São Paulo: Contexto. 2006.

———. Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, vol 5, volume 5, número 1, 2004 <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/00.htm>. Acessado em 26/06/2007.

SANT'ANNA, Vera Lúcia A. ET all. *Greve no ABC: O processo das lutas sindicais na voz da imprensa*. Material cedido pela autora em 2006.

WODAK, Ruth. Do que trata a *ACD* – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Revista Linguagem em (Dis)curso*, vol 4, número especial, 2004. <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/revista/revista.htm>. Acessado em 30/06/2007.

A QUESTÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA TRADUÇÃO DA OBRA *1984* DE GEORGE ORWELL

*Mirela Magnani Pacheco*¹⁰

Foram analisadas durante esse trabalho as mudanças ocorridas no caminho entre o texto original e a tradução da obra *1984* de George Orwell, colocando em contraste os diálogos das personagens dos dois textos no que diz respeito à Variação Linguística. A título de introdução, foram comentados aspectos relacionados à vida e obra do autor e também à obra analisada, como o tempo e o espaço, o foco narrativo, a divisão de classes e a caracterização das personagens. Foi feita ainda uma breve conceituação do termo Variação Linguística, além de comentários sobre o estudo da tradução de textos na era da globalização.

Primeiramente, é importante lembrar que se vive hoje em um mundo globalizado, dominado pelo fácil acesso à informação (e até pelo excesso dela), através das novas tecnologias. Rajagopalan (2003, p. 57) alerta para o fato de que, diante desse pano de fundo histórico, “os povos que habitam a terra se encontram cada vez mais interligados e imbricados uns nos outros”.

A partir dessa visão, o autor sugere uma mudança de atitude com relação aos estudos linguísticos, incentivando a busca de novas teorias que melhor satisfaçam as necessidades do mundo moderno no que concerne o estudo da linguagem. Foi essa mudança de paradigma que motivou a condução da presente análise, que tenta estabelecer um diálogo entre as Línguas Portuguesa e Inglesa através do estudo da tradução de uma obra literária, centrado na questão da Variação Linguística, que vem sendo abordada por diversos linguistas e pesquisadores, além de já se fazer presente na legislação que rege o ensino de Línguas no Brasil.

Eric Arthur Blair, de pseudônimo George Orwell, nasceu na cidade indiana de Motihari, em Bengala, no ano de 1903. Seu avô

¹⁰ Especialista em Linguística Aplicada ao ensino de Línguas pela UFS e membro do grupo de pesquisa História do Ensino das Línguas no Brasil (GPHELB), na linha [História Literária e Ensino da Literatura: para uma história dos cânones escolares no Brasil](#).

serviu o exército indiano e viveu na África do Sul. Além do avô, outros parentes maternos de Orwell tinham ligação com o Império. Em 1908, sua família retorna à Inglaterra, tornando-se uma família anglo-indiana pertencente ao que o próprio Orwell chamou de “baixa classe média alta” (Neto, 1984).

Outro aspecto interessante relacionado à sua vida é que Orwell iniciou sua trajetória política em 1911, quando foi então admitido no internato de St Cyprian’s como aluno “bolsista” segundo destaca Bonalume Neto (1984). O autor relata que Orwell escreveu certa vez que a educação nas escolas públicas da Inglaterra era parte de um treinamento em preconceito de classe.

É possível que a posição social em que se encontrava a família do autor tenha sido decisiva para que ele desenvolvesse o senso crítico e consciência política manifestados em suas obras. Pode-se inferir, ainda que de maneira especulativa, que o meio social no qual o autor estava inserido pode tê-lo levado a centrar sua produção cultural em obras de cunho predominantemente político.

Segundo Fiorin (2006), “o homem não escapa de suas coerções sociais nem mesmo quando imagina outros mundos” (Fiorin, 2006, p.50). Talvez por isso mesmo estejam presentes em *1984* as visões políticas de Orwell, tanto no que diz respeito à organização sociopolítica quanto no que concerne à maneira como as personagens se manifestam linguisticamente dentro da obra.

Tentou-se explicitar nesse trabalho a questão da Variação Linguística em *1984*, através do estudo da tradução publicada no Brasil por Wilson Velloso, no ano de 1984. A partir de tal análise, estabeleceu-se uma espécie de diálogo entre as culturas Inglesa e Portuguesa, à medida que foram comentadas as escolhas de Orwell paralelamente às do tradutor de sua obra.

Segundo Monteiro (2000), que tomou por base o estudo das teorias de Labov, língua e sociedade estão ligadas de maneira indissociável. Ele afirma que não se pode estudar um desses elementos sem antes se levar o outro em consideração.

Por essa razão, julgou-se necessário aproximar neste trabalho os fatores sociolinguísticos manifestados dentro da sociedade criada por Orwell, dentro do universo fictício de *1984*, para que, a partir da-

í, pudesse ser feita uma análise da fala das personagens de classes sociais distintas. Apresentam-se, portanto, dentro da obra, diferentes manifestações linguísticas produzidas por personagens diversos, que se expressam de acordo com a posição social que ocupam.

Pode-se observar, portanto, no texto original, variação na fala das personagens, de maneira que as que fazem parte das classes mais privilegiadas utilizam formas linguísticas de “maior prestígio”, ao passo em que os das classes menos favorecidas escolhem variedades “menos prestigiadas” da Língua Inglesa.

Para melhor entender o conceito de Variação Linguística, é interessante recorrer ao trabalho de Possenti (1996) sobre variedades linguísticas. Quanto à questão da uniformidade das línguas, o autor afirma que:

A variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status ou de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua. (Possenti, 1996, p. 34)

A partir dessa afirmação, é possível elucidar o significado deste tema, tão discutido por linguistas da atualidade, chamado Variação Linguística. Paraphrasing Possenti, a Variação Linguística está atrelada à variedade social. Por essa razão, pode-se dizer que a língua reflete os papéis ou funções sociais de cada indivíduo.

Partindo-se do princípio de que toda sociedade é estratificada, ou seja, dividida em classes sociais, torna-se possível dizer que sempre haverá indivíduos expressando suas ideias, sentimentos e opiniões de modos diversos.

No artigo “Identity in language: an exploration into the social implications of Linguistic Variation” Sterling (2000) afirma que a variação manifestada na fala dos indivíduos não se dá de maneira arbitrária, mas intencional, no sentido de expressar a posição social desse indivíduo dentro do grupo social no qual ele deseja se inserir.

Esse aspecto pode ser observado em 1984, na medida em que foram explicitadas as relações de “poder” e “fidelidade” existentes entre as personagens de classes sociais distintas e descritas pelo autor no espaço ficcional da obra.

Segundo Wyler (1994), até o século XIX, a tradução literária no Brasil enfrentou dificuldades relativas à produção e distribuição de livros. A autora afirma que os gêneros textuais predominantes acabam por ser aqueles que não dependem da impressão de livros ou da alfabetização da população, que nem sempre tinha acesso à escola.

Nesse sentido, a autora comenta ainda que a criação de escolas por parte da família real, aliada à encomenda de traduções de textos em língua estrangeira, para serem distribuídos nessas escolas, teve contribuição fundamental para a expansão da tradução em território brasileiro. Esse fato nos remete ao decreto de Dom João VI, assinado em 22 de Junho de 1809, que institucionalizou o ensino de Inglês no Brasil trazendo diversas mudanças ao sistema educacional Brasileiro a partir de então (Oliveira, 1999, p. 25).

Num panorama mais recente, o mundo globalizado tem levado as ciências em geral a uma inevitável reformulação de ideias e, conseqüentemente, à promoção de um constante “realinhamento” de paradigmas. A tradução, naturalmente, não foge a essa regra, principalmente pelo fato de pôr diferentes culturas em contato.

Nesse sentido, Benedetti (2003) propõe o que ela chama de “pensar a tradução”, para evitar que esta atividade seja vista como uma simples transposição de significados desta para aquela língua. A partir dessas reflexões, pode-se pensar o tradutor como autor de um novo texto e não como simples instrumento “invisível” de transposição de significados. Segundo a autora, o tradutor representa um indivíduo inserido dentro de uma sociedade e cujas escolhas e opções serão manifestadas através de seus textos.

Por isso mesmo, o tradutor é um “catalisador de tensão entre o de fora e o de dentro”, ou seja, pelo fato de promover um contato entre duas culturas através de seus textos, ele poderá desvendar problemas, identificar tensões, rupturas e aproximações entre as culturas em questão. Tudo isso através do “intercâmbio” que se estabelece entre duas culturas, quando se traduz um texto de uma língua para outra.

Levou-se em conta ainda, no presente trabalho, a importância que deve ser dada não somente às obras escritas em Língua Portuguesa, como também às obras traduzidas de outras línguas para a

nossa. Segundo Batalha (1994), as obras estrangeiras e suas traduções também devem ser consideradas parte do sistema literário nacional (Batalha, 1994, p. 110). Na análise que foi conduzida, foi analisada a tradução de uma obra de grande importância no cenário cultural da década de 1980, traçando-se um diálogo entre as duas edições (original e tradução), com foco maior no aspecto sociolinguístico, que permeia os diálogos das personagens.

Antes que fosse conduzida a análise da tradução propriamente dita, foram comentados aspectos relativos à obra *1984*. A título de contextualização, pode-se dizer, de maneira sucinta, que a história, publicada pela primeira vez no ano de 1948, se passa no ano de 1984 e que todo o enredo se desenrola na Inglaterra, situada dentro dos domínios da Oceania. O mundo encontra-se dividido em 3 continentes que são constantemente dominados e vigiados pelo Grande Irmão¹¹ (Big Brother), que é a figura central do socialismo totalitário, criado por Orwell.

A narrativa da obra está em terceira pessoa, portanto o narrador é observador e limita-se a descrever o mundo a partir das experiências do protagonista Winston. A sociedade encontra-se dividida em três classes sociais principais: Os membros do Partido Interno (classe alta), os do Partido Externo (classe média) e os proles (classe baixa). As personagens, cujo perfil foi descrito no trabalho, expressam-se linguisticamente de maneira distinta de acordo com a classe social à qual pertencem, e esse aspecto foi levado ao texto de chegada (tradução) – embora de maneira nem sempre “linear” – pelo tradutor Wilson Velloso.

A seguir serão apresentadas algumas passagens da análise que foi feita, tentando comentar as escolhas do autor, em contraste com as do tradutor, no que diz respeito à questão da Variação Linguística manifestada na fala dessas personagens.

É interessante ressaltar que o que se está analisando aqui é a fala de personagens situados dentro de um mundo fictício, e que embora esse universo esteja descrito através de um texto escrito, o autor tentou passar para o texto traços da oralidade, nos diálogos entre as

¹¹ Termo utilizado pelo tradutor Wilson Velloso na tradução de *1984*, publicada no ano de 1984 pela Editora Nacional.

personagens. Além disso, a variação que se apresenta na fala das personagens diz respeito tanto aos desvios da norma culta, quanto às diferenças de pronúncia, sotaque e até condição física dos falantes.

Demonstrar-se-á aqui uma pequena amostra de que cada personagem se expressa de maneira peculiar e que a fala de cada um apresenta semelhanças com as de outros indivíduos que fazem parte de seu grupo social. O tradutor, por sua vez, esforçou-se para levar esses traços de variação à Língua Portuguesa, estabelecendo um diálogo constante entre as culturas brasileira e inglesa, de forma a não comprometer o texto original e ao mesmo tempo a tornar a tradução mais fluente e menos “literal”.

Winston e o velho do bar (p. 86/ p.88 do texto original)

Nas passagens que seguem, é possível notar a maneira distinta como Winston se expressa, quando posto em contato com uma personagem do povo. A própria personagem, o velho, comenta a respeito da “boa educação” de Winston, quando o escuta proferir a primeira frase.

Winston:

- *May I offer you a drink?*

- Permites que te ofereça um gole?

Old man (Velho):

- *You're a gent... Pint! Pint of wallop!*

- O sr. é um cavalheiro... Uma pinta! Uma pinta da boa!

No texto original, Winston utiliza o verbo modal “*may*” para oferecer ao velho um gole de cerveja que é, dentre os demais verbos modais, considerado o que denota maior grau de educação e polidez em Língua Inglesa, podendo ser usado até mesmo nas situações mais formais de comunicação. Dessa forma, a fala de Winston acaba falando por ele, quando a personagem se dirige ao velho, que por sua vez usa a gíria “*gent*” (*gentleman* ou *cavalheiro*) para se referir a Winston, no intuito de fazer-lhe um elogio. Nessa passagem, o tradutor opta por conjugar o verbo “permitir” na segunda pessoa do singular “*permites*”, para dar um ar de maior polidez à sentença.

É curioso observar, no entanto, que em outras passagens da obra, o tradutor opta também pela segunda pessoa (daí uma amostra da não linearidade das escolhas do autor), mesmo quando se trata da fala dos “proles”. Com isso, pode-se chegar à ideia de que o tradutor

pode ter feito escolhas um pouco desencontradas, ao longo do processo de tradução.

Por outro lado, nota-se que o próprio autor oscila nas suas escolhas. Em certos momentos, utiliza formas “estigmatizadas” na fala das mulheres do povo ou quando os homens discutem sobre a loteria. Em outros momentos, opta por usar formas sem variação como “*it starts*”, destacada na passagem logo abaixo, “*I was*” e “*the beer was*”, destacadas mais adiante, também na fala do velho.

- *'E could 'a drawned me off a pint. A 'alf liter ain't enough. It don't satisfy. And a 'ole liter's too much. It starts my bladder running. Let alone the price.*

- *Ele* bem que podia me *servi* uma pinta. – Meio litro não chega. Não *satisfais*. E um litro é muito. Me faz a *bixiga trabalhá*. E o preço!?

Apresenta-se ainda na fala do velho a supressão da letra “*h*”, em diversas palavras como “*e*”, “*alf*” e “*ole*” (he, half, hole), seguidas de outras ainda maiores como “*a*”, usada para representar o verbo “*have*”, o uso do “*ain't*”, descrito por Sterling (2000) como forma “estigmatizada”, e da gíria “*pint*”, referindo-se a uma “antiga” (considerando-se ao tempo da obra) unidade de medida, usada para medir a quantidade de cerveja. Ao contrário da fala do velho, não há na fala de Winston supressão de letras e nem o uso da forma “estigmatizada” “*ain't*”. É o que se pode observar na passagem abaixo:

Winston:

- *You must have seen great changes since you were a young man.*

- *Deves ter visto muita coisa mudar desde mocinho.*

Old man (Velho):

- *The beer was better, he said finally, And cheaper! When I was a young man, mild beer – wallop, we used to call it – was four pence a pint. That was before the war, of course.*

– A cerveja era mió – disse por fim – e mais barata! Quando eu era moço, cerveja clara – Da boa – custava quatro dinheiros a pinta. Isso antes da guerra, naturalmente.

No texto de chegada, o infinitivo “*servir*”, na expressão “*podia servir*”, é trocado pela forma “*servi*”, usada para substituir o desvio presente no texto original “*e could 'a drawned*” e a forma verbal “*satisfaz*”, pelo desvio “*satisfais*”, usado para traduzir “*it don't satisfy*”. Na mesma passagem da fala do velho, aparecerem os

desvios “*bixiga*” e “*trabalhá*”, para traduzir as formas “*bladder*” e “*running*”, que não apresentam desvio algum. A gíria “*pint of wallop*” é traduzida pela expressão equivalente “*pinta da boa*”.

Na tradução da fala do velho aparece ainda a variação “*mió*” (melhor) usado para traduzir o termo “*better*”, que no texto original aparece escrito sem variação. Finalmente, aparece novamente a variação “*miô*”, para traduzir “*best*”, que também se apresenta sem variação no texto original e ainda “*filicidade*”, para traduzir mais uma supressão de “*h*”, posta no texto original, representada no termo “*ealth*”.

O tradutor parece, em alguns momentos, tentar compensar os desvios que não puderam ser traduzidos do Inglês para o Português inserindo outros desvios mais coerentes com a realidade da Língua Portuguesa, ainda que eles não estejam presentes no texto original, como aconteceu no caso de “*mió*”, “*bixiga*” e “*trabalhá*”.

Velho:

- *It's all wars. Ere's wishing you the very best of 'ealth!*

- De todas as guerras. Com os meus mió voto de saúde e filicidade.

Como já posto em discussão anteriormente, as obras literárias traduzidas têm fundamental importância na composição de um panorama histórico dos arquivos literários de um país. Tentou-se a partir desse trabalho, reafirmar a relevância da obra *1984* no cenário nacional, tentando-se identificar nela as escolhas do tradutor, Wilson Velloso, no que diz respeito à Variação Linguística posta na obra originalmente escrita por Orwell.

Nem sempre a questão da Variação Linguística ganha o destaque que poderia, principalmente no âmbito das instituições educacionais e foi justamente essa uma das razões que motivou a condução desse trabalho. Analisar a variação através da tradução de um texto literário torna-se mais acessível aos aprendizes de Língua Inglesa que outros tipos de vivência linguística, mais difíceis de serem proporcionados aos alunos das escolas brasileiras, principalmente quando se trata do ensino público.

Tanto os PCN de Língua Portuguesa quanto os de Língua Estrangeira já prevêm um espaço maior para a questão da Variação Linguística, que nem sempre é respeitado nas escolas. No que diz

respeito à Língua Portuguesa, acaba-se, grande parte das vezes, por discriminar e excluir as “formas estigmatizadas” da língua. Já em Língua Inglesa, a situação é ainda mais precária, já que pouquíssimos professores de idiomas possuem um conhecimento sistemático da língua aprofundado o suficiente para saberem discernir as formas “estigmatizadas” das “não estigmatizadas”.

Desse modo, esse trabalho teve como objetivo aproximar, através da tradução, os leitores ou aprendizes da questão da Variação Linguística, de maneira menos preconceituosa e mais interativa. Dessa forma, poder-se-ia trazer à consciência dos falantes do Português, ou de qualquer outra língua estrangeira, que a maneira como cada indivíduo se expressa é peculiar e está vinculada às relações sociais que ele estabelece com outros falantes, pertencentes ao seu grupo social ou não.

Tentou-se explicitar, ainda que superficialmente, como se dão essas relações e como elas se manifestam através das escolhas linguísticas dos falantes. Para isso, utilizou-se o canal da tradução, que pôde ser usada como elo de ligação entre a Língua Inglesa e Portuguesa, manifestadas no universo de uma obra literária.

Espera-se que esse trabalho possa motivar a realização de outras análises e estudos, não apenas focando a questão da variação como também de outros aspectos sociolinguísticos, através da tradução de outras obras literárias, originalmente escritas em Inglês ou em outras línguas estrangeiras. Espera-se ainda que esses estudos possam de alguma forma contribuir para a melhoria do ensino de línguas materna e estrangeira no Brasil.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Maria C. The Place of Literature in the Brazilian Literary System. In: —. *Emerging views on Translation History in Brazil*. CROP: revista da área de língua e literatura inglesa e norteamericana do Departamento de Letras Modernas/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1994, p. 109-128.

BENEDETTI, Ivone C.& SOBRAL, Adail (orgs). *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola, 2003.

FIORIN, José L. *Linguagem e ideologia*. 8ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2006. 87 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Línguas Estrangeiras Modernas*. In: —. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio. Distrito Federal, 1999, p.93-137.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

NETO, Ricardo Bonalume. *George Orwell*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 95p.

OLIVEIRA de, Luiz Eduardo Meneses. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Campinas: Unicamp/Instituto de Estudos da Linguagem. Dissertação de Mestrado, 1999.

POSSENTI Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

ORWELL, George. 1984. New York: Signet Classic, 1990.

ORWELL, George. 1984. Tradução: Wilson Velloso. 17ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

STERLING, Polly. *Identity in Language: An Exploration into the Social Implications of Linguistic Variation*. A&M University, Texas, 2000. 17p. Disponível em www.tamu.edu/chr/agora/archives.html. Acesso em 30 nov. 2007.

WYLER, Lia. Translating in Brazil. In: —. *Emerging views on Translation History in Brazil*. CROP: revista da área de língua e literatura inglesa e norte-americana do Departamento de Letras Modernas/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1994, p. 33-50.

A VALORIZAÇÃO DAS VARIANTES POPULARES DA LÍNGUA PORTUGUESA

Nestor Dockhorn
nestor.doc@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Nenhuma língua é homogênea, obedecendo *semper et ubique* a um padrão único. Esse fato já foi reconhecido pelos próprios gregos e romanos. Em relação a esse tema, podem ser tratados três itens. Em primeiro lugar, pode ser proposta a questão da causa das variações. Em segundo lugar, pode ser tratado o problema da valorização de uma variedade e a estigmatização de certas variedades. Em terceiro lugar, pode ser abordado o tema da valorização das variedades populares.

CAUSAS DAS VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS

Os linguistas, ao tratarem o problema das variações apontam três tipos de variações, originadas por três tipos de fatores: a) o espaço geográfico, que produziria *variações diatópicas*; b) as camadas socioculturais, que produziriam *variações diastráticas*; c) os tipos de modalidade expressiva, que produziriam *variações diafásicas*.

Não queremos contestar essa posição; queremos, porém, opor dois grandes grupos de variações ou variantes: as variantes que podemos chamar de *cultas* e as variantes que podemos chamar de *populares*. Dentro dessa dicotomia, podemos aventar quatro teses, que apresentam questões nada fáceis de serem resolvidas e que deixamos a cargo do leitor ou do ouvinte. São as seguintes.

a) As variantes populares de um idioma são resultado de processos evolutivos das variantes cultas.

b) As variantes cultas são resultado de aperfeiçoamentos artificiais das variantes populares.

c) As variantes cultas e as variantes populares seguem linhas independentes, sendo cada tipo continuação de linhas anteriores de linguagem.

d) Nenhuma dessas teses está correta.

Quando se lêem as opiniões dos gramáticos, que dizem que o aluno, ao escrever “Nóis fomu”, usou formas erradas, tem-se a impressão de que eles adotam a primeira tese, segundo a qual, a forma *fomu* é uma *degeneração* da forma *fomos*. Ficaria a pergunta: Quando e onde ocorreu tal degeneração? Além disso, ficaria a pergunta: Esse fenômeno evolutivo deve ser considerado uma *degeneração*, num sentido pejorativo, ou, simplesmente, uma *evolução natural*? Pelo que os cientistas afirmam, a evolução é algo *inerente* à natureza física e biológica. Por que não o seria na linguagem?

Se apontarmos a evolução como um processo *natural* na linguagem, a visão valorativa das variantes toma outra consistência.

VALORIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO DE VARIEDADES. VALORIZAÇÃO DE VARIEDADES MINORITÁRIAS.

Há uma atitude que parece universal nas culturas humanas: a atribuição de valor cultural a certos padrões linguísticos e a desvalorização de outros padrões. Historicamente falando, notamos esse fato entre os romanos cultos, que procuravam evitar o léxico e a sintaxe daqueles padrões linguísticos que eles denominavam de *sermo plebeius*, *sermo castrensis*, etc. Esses padrões não eram aceitos nas escolas, nem pelos escritores. Isso quer dizer que eram estigmatizados ou rejeitados.

O fato da estigmatização ou rejeição de certas variedades nos leva a perguntar sobre as causas dessa estigmatização. Concordamos com Soares (Linguagem e escola, p. 83), quando diz que as variedades das classes privilegiadas são tomadas como *padrão privilegiado* e que as variedades das classes menos favorecidas são rejeitadas. Parece-nos, por exemplo, que a linguagem dos *patrícios* em Roma era considerada padrão privilegiado e que a língua da *plebe* era rejeitada.

Surge, então, a questão: O fato de uma variedade ser de uma classe mais alta torna essa variedade mais *perfeita linguisticamente*?

Evidentemente não. Sendo a língua um instrumento de comunicação, é natural que cada comunidade tenha os próprios recursos de comunicação linguística. E é natural e lógico que ela não vá buscar recursos de comunicação em outras comunidades, mesmo vizinhas. Nesse sentido, cada comunidade tem o direito a sua autonomia. Em outras palavras, qualquer comunidade linguística pode usar os recursos próprios de comunicação linguística e não pode ser obrigada a usar os padrões de outra comunidade. Isso pressupõe que se trata do uso da linguagem dentro de sua comunidade. Se um membro de uma comunidade quiser dirigir-se a um membro de outra comunidade, será uma questão de cortesia e educação usar os recursos dessa outra comunidade.

Exigir, por exemplo, que o homem da roça fale obrigatoriamente como o homem da cidade é um ato de *prepotência*. E será um ato de orgulho dizer que o homem da roça fala uma língua *errada e desprezível*. E será um ato de cortesia, se o homem da cidade, ao falar com grupos da roça, adaptar-se a esses grupos. É o caso da adaptação necessária nos cultos religiosos. Por isso, penso que tem cabimento tentar adaptar as traduções da Bíblia às variedades populares de linguagem.

O autor da presente comunicação está realizando uma tradução do Evangelho de Lucas, utilizando três variantes populares: uma variedade popular urbana, uma variedade popular da periferia urbana e uma variedade popular rural. Ele não sente vergonha em utilizar expressões como “Elis nãu tchinha fiu; Isabéu nãu cunsignia ficá prenha i us dois já era bem véiu.” Nesse trabalho, o autor procura grafar de maneira especial – mais conforme à pronúncia popular – os textos traduzidos.

A estigmatização das variantes populares tornou-se uma constante nos estudos gramaticais, de tal forma que poucos linguistas se ocupam com esse problema. Já está na hora, porém, de se fazer uma reflexão séria sobre esse tema.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

COSERIU, E. *Lições de linguística geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

LABOV, W. *Sociolinguistique*. Trad. Alain Kihm. Paris: Minuit, 1976.

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

VÄÄNÄNEN, V. *Introducción al latín vulgar*. Trad. Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1967.

A VARIAÇÃO SEMÂNTICA NO CAMPO POLICIAL

José da Cruz Bispo de Miranda (UESPI)
Juliana Maria Barbosa de Araújo (UESPI)

INTRODUÇÃO

A ideia desse trabalho é permeada pela descoberta de um campo de conhecimento preocupado em entender a variação semântica do léxico e o processo de comunicação de determinada comunidade linguística, mas especialmente compreender as transformações na linguagem policial a partir das mudanças na cultura organizacional em suas instituições, neste caso, na polícia civil em Teresina.

A existência de uma linguagem especial é denunciada pela elaboração de termos específicos comuns a uma determinada comunidade de falantes e construídos a partir de suas condições sociais, culturais e da prática profissional. A temática da linguagem policial nos vem à tona em razão das inúmeras variáveis que podem condicionar a fala de uma comunidade, tais como o gênero, a escolaridade, o tempo de serviço, a posição da instância policial, dentre outras; e das consequências que podem operar nas relações sociais com predominância da visão androcêntrica e da relação de poder.

As instituições policiais têm resistido às forças transformadoras do processo democrático, apesar disso a elaboração de políticas de formação humana dos profissionais envolvidos com a segurança cidadã e o comprometimento de uma segurança pública mais humana e eficiente têm exigido dos gestores e dos policiais na relação com os cidadãos. A partir disso, percebe-se mudanças na fala dos policiais, tornando-se mais técnica, mais humana e cordial. Este artigo apresenta os passos metodológicos que investigam este *habitus* linguístico. Inicialmente procuramos desmistificar a ideia de uma incapacidade de entendimento da linguagem jurídica por parte da comunidade de policias como sendo a origem do universo linguístico policial.

Não estamos desatentos quanto ao debate existente no campo da sociolinguística sobre a validação da alteração semântica enquanto objeto de estudo desta disciplina. Para Lavandera e Labov ambos

citados por Gryner & Omena (2004) a teoria da variação não se detém nas questões semânticas. Contudo, como aponta a autora acima o significado do léxico não se esgota no conteúdo lexical, mas surge, na maioria das vezes, de contextos sociais e culturais. Posto o debate e equacionado os conflitos sobre qual deve ser o objeto da sociolinguística, as alterações semânticas têm se consolidado enquanto objeto de estudo desse campo de conhecimento.

OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO: DAS ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS NO LÉXICO À SOCIOLINGÜÍSTICA

Este trabalho parte da hipótese que a variação semântica existente no campo policial representa parte das transformações ocorridas nessa Instituição, especialmente pela exigência de um novo comportamento oriundo das legislações humanitárias, administrativas e maior sensibilidade humana neste começo de século. Neste sentido, desvendamos o eixo diastrático, como diz Molica (2004) ao se referir às mudanças que se manifestam através da diferenciação social. Da mesma forma, o olhar da investigação percorre os marcadores do ponto de vista vertical ao enfocar os indicadores sociais da comunidade linguística em questão.

Partimos da percepção que a linguagem sofre pressões contrárias, como diz Molica (Ibidem, p. 12): “[...] Todo sistema linguístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade. [...] infração de impulsos contrários, de tal modo que as línguas exibem inovações mantendo-se, contudo, coesas: de um lado, o impulso à convergência, base para noção de comunidade linguística caracterizada por padrões estruturais e estilistas”. Estas pressões relacionam-se com a variável linguística e a variável social, portanto, faz-se necessário realizar o cruzamento destas variáveis e questionar a função do significado no contexto da comunidade linguística (Calvet, 2002). As palavras e seus significados pertencem a um jogo de mudança e reprodução social mediado pelo valor simbólico encontrado no mercado linguístico de determinada comunidade.

Trabalhamos com universo de policiais que possam representar a cultura dessa categoria. Para tal, utilizamos formulários, entre-

vistas, recortes de jornais e entrevistas com grupos, além de subsidiar a pesquisa com leituras bibliográficas.

O caminho percorrido até o momento permite-nos verificar a influência da linguagem na estruturação das relações de poder, quer no âmbito afetivo, no de gênero e / ou mesmo nas posições de espaços no local de trabalho. Compreender essa trama é um dos objetivos deste trabalho. O contato com os policiais, com a bibliografia referente ao tema e reuniões para reflexões são necessários para o conhecimento dos sujeitos pesquisados e elaboração teórico-prático.

Com a intenção de fazer a coleta de dados planejou-se e foi organizado um conjunto de atividades que foram sendo realizadas no período de setembro de 2006 a março de 2007, com a intenção de conhecer a Linguística e, mais propriamente, a sociolinguística, além de nas atividades de campo coletarmos palavras com variações semânticas.

No primeiro debate sobre as variações semânticas no campo policial alguns aspectos sobre o objeto e sua delimitação tomaram nossa atenção. Viu-se problemática a periodização da pesquisa, como reconstituir falas anteriores? O nosso interesse está no campo linguístico atual para compreender suas transformações a partir das mudanças sociais, culturais e políticas do campo policial. A percepção da progressiva mudança foi diagnosticada pelos relatos capturados pelos questionários, formulários, entrevistas e conversas informais com policiais civis nas delegacias. No momento seguinte passamos a leitura bibliográfica sobre o tema.

A novidade da temática para os pesquisadores conduziu-nos para leituras básicas da sociolinguística. A compreensão da língua, de seus condicionamentos fonológicos, sociais, culturais e políticos tornou-se imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa. No primeiro momento, passamos a leitura do texto “Sociolinguística” parte I, da Tânia Maria Alkmim (2005), na Obra ‘Introdução à Linguística: domínios e fronteiras’. Neste capítulo, a autora faz um balanço das vertentes neste campo de conhecimento, desde da perspectiva biologizante à social. De Saussure a autora destaca: “[...] a língua é um fato social, no sentido de que é um sistema convencional adquirido pelos indivíduos no convívio social” (p. 23), a mesma autora encaminha para Bakhtin um outro pólo deste debate, na medida

em que o cita ao dizer que “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguística [...] mas pelo fenômeno social da *interação verbal* realizada através da *enunciação* ou das enunciações” (p. 25). Desperta a partir disso, a noção de comunicação social, a ideia de comunidade linguística. O terceiro momento foi o reconhecimento do campo de pesquisa: o campo policial e sua linguagem especial.

Esta atividade é possível após o achado do conceito de comunidade linguística, sendo entendida aqui como “[...] um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos” (*Ibidem*, p. 31). A visita ao ambiente policial não deveria ocorrer sem uma finalidade, a qual seria descrita com a realização de uma atividade, escolhemos, portanto a aplicação de formulários com 4 (quatro) policiais, sendo 2(dois) delegados e 2(dois) agentes de polícia.

O principal objetivo do formulário foi diagnosticar a existência de uma linguagem específica e, ao mesmo tempo, verificar a sua variação semântica condicionada por elementos sociais, culturais, políticos e outros.

A aplicação do formulário foi realizada na Corregedoria Geral de Polícia Civil do Estado do Piauí e em três delegacias em Teresina - Pi. Durante as conversas obtidas neste órgão foi constada a existência de mais de 50(cinquenta) palavras com variações semânticas, porém este universo é muito maior, especialmente considerando as regiões brasileiras, a escolaridade e grau de profissionalismo nas quais os policiais estão inseridos. Para início, apontaremos algumas palavras da cultura policial com o objetivo de demonstrar as mudanças semânticas existentes no léxico: meliante, elemento, cagoeta, campana, vida pregressa, prejudicado, brancoso, vulgo, areia de serviço, burro preto, forquilha, nife, oreia seca, pulseira, dentre outros.

A inclusão de outros termos e suas análises serão realizadas em trabalho posterior, mas convém destacar que a existência dessa linguagem está vinculada ao contato dos policiais com o meio cultural das ‘ocorrências’(dos fatos delituosos), também à uma linguagem arcaica utilizada pelos policiais antigos, como afirmou um dos policiais entrevistados.

Neste contexto este trabalho tenta estrutura-se com a seguinte inquietação: perceber a variação semântica no campo policial (polícia civil), no contexto de reestruturação das polícias, como forma de manifestação das transformações cultural, organizacional e operacional no interior dessa instituição. Considerando, o ingresso de policiais com escolaridade superior, pós-graduado, superior incompleto e nível médio. No último concurso para a Polícia Civil do Estado do Piauí o Edital exigia o curso superior completo para todos os cargos. Para perceber as mudanças na linguagem policial, especialmente as operadas a partir das mudanças sociais utilizamos os caminhos da sociolinguística e da sociologia da linguagem.

A LINGUAGEM POLICIAL E A ABSTRAÇÃO

Somos um número significativo de pessoas que pensa de forma utilitária a construção dos símbolos: as palavras, os gestos, as imagens, os sons e outros. A este respeito, no início do século XVII e XVIII as cartas dos viajantes descreviam os conhecimentos dos ‘povos primitivos’ como desprovidos de qualquer abstração e guiados pela necessidade. Este entendimento contribuiu para a construção de uma representação equivocada por parte dos europeus, o que resultou numa política colonialista dominadora e dizimadora dos povos americanos, africanos, asiáticos e outros. Contudo, vários intelectuais a partir das próprias cartas dos viajantes relaboraram a representação dos povos dominados, no campo da antropologia Levi-Strauss (1989) publica a Obra ‘O Pensamento Selvagem’ na tentativa de colaborar com esta nova interpretação.

Para a maioria dos viajantes o conhecimento adquirido sobre as plantas pelos ‘povos primitivos’ ocorria em razão da necessidade de uso, tornando a capacidade de nomeação desses povos bastante limitada. Esta atitude de subestimar o pensamento ‘selvagem’ não pertence apenas ao ‘civilizado’, os ‘selvagens’, a partir de sua posição, a produz em direção a nós (os modernos).

Cada civilização tende a superestimar a orientação objetiva de seu pensamento; é por isso, portanto, que ela jamais está ausente. Quando cometemos o erro de ver o selvagem como exclusivamente governado por suas necessidades orgânicas ou econômicas, não percebemos que ele nos dirige a mesma censura e que, para ele, seu próprio desejo de conhecimento parece melhor equilibrado que o nosso (*Ibidem*, p. 17).

Esta atitude é acompanhada com o argumento da superficialidade exercida pelos outros povos. Nós (os civilizados, mais intelectuais, dominantes) julgamos que o pensamento do outro é direcionado para um nível mais simples do que o da ciência. Desvelar esta prática no campo científico é aprofundar a relação pesquisador e sujeitos da pesquisa, especialmente quando analisamos o campo linguístico na polícia. Não são poucos aqueles que defendem a ideia do surgimento de uma linguagem policial como originado da insuficiência intelectual dos policiais em entender e interpretar as leis e seus termos, mas não partimos dessa premissa.

Como diz Lèvi-Strauss (1989) sobre a capacidade dos outros povos “É claro que um conhecimento desenvolvido tão sistematicamente não pode ser função apenas de sua utilidade prática” (p. 23), entendemos, portanto que a linguagem policial desenvolve-se não apenas por necessidade, mas por abstração e intelectualidade dos falantes desse campo. Parafraseando o antropólogo, destacamos que os símbolos: as palavras, os gestos, as imagens, a sonoridade “[...] não são conhecidos por que são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (*Ibidem*, p. 24). E para caracterizar e situar os universos de concepção e metodológicos dos povos primitivos e dos ditos modernos, convém destacar a metáfora: “Mais uma sombra que antecipa seu corpo, num certo sentido ela é completa como ele, tão acabada e coerente em sua imaterialidade quanto o ser sólido por ela simplesmente precedido” (*Ibidem*, p. 28).

A existência dos campos linguísticos não se deve à insuficiência ou à superioridade de um dos campos, mas às condições sociais, culturais e políticas que circundam as comunidades linguísticas. No caso da comunidade policial como em outras instâncias a predominância das peculiaridades masculinas se sobressai dentre as demais, como destaca Bourdieu (1999):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina [...] (p. 18).

A visão androcêntrica é a variável independente em todo processo de constituição do universo linguístico policial. O campo profissional, apesar de modernamente, estar sendo ocupado pelo gênero

feminino, desde a base até às posições de comando, a força gravitacional da estrutura masculina atrai e conforma falas, gestos, imagens e alternativas. A imposição linguística ocorre nas atividades profissionais e no contínuo exercício de pertencimento do indivíduo ao grupo. Logo, a elaboração de um vocabulário estar vinculado à sua prática social e profissional e à capacidade de abstração deste universo. Por outro lado, esta elaboração se apresenta ao conjunto de indivíduos enquanto violência simbólica, entendida aqui como sendo “[...] todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força” (Bourdieu, 1992, p. 19). A incorporação de uma *hexis* corporal e de um *ethos* ocorre pela dissimulação da origem desses significados e de sua manifestação hegemônica no contexto das *redes sociais* (Calvet, 2002) pertencentes ao campo policial. Contudo, para muitos, a análise da variação linguística no campo policial requer uma área de conhecimento específica, tanto a sociolinguística quanto a sociologia da linguagem se apresentam como disciplinas capazes envolver o tema desta variação.

O quadro I destaca a faixa etária, o ano de ingresso na polícia e o cargo dos policiais entrevistados sobre o conhecimento na linguagem policial.

Observa-se a partir da leitura do quadro 01 que o conhecimento e a utilização da linguagem policial ocorrem com maior frequência com os policiais que participam das atividades de campo (agentes de polícia) e é menos frequentes nos cargos cartoriais (delegados e escrivães). Isto confirma a hipótese que não basta ser policial para ter conhecimento de toda realidade da cultura policial, mas esta está disponível quanto mais próximo o policial estiver do contato com os criminosos, ou seja, na rua.

A faixa etária e os anos de experiência na polícia são condicionadores da linguagem. O quadro informa que quanto mais velho e quanto mais tempo de experiência no campo policial, maior é a utilização deste da linguagem específica deste campo profissional.

Faixa etária	Nº. de Policiais	Utiliza a linguagem policial
Mais de 20 anos	2	Menos
Mais de 30 anos	5	Mais
Mais de 40 anos	5	Muito
Cargos		
Agente de Polícia	8	Muito
Escrivão	2	Mais
Delegado	2	Menos
Ano de Ingresso na PC.		
Até 1980	3	Muito
Mais de 1988	3	Mais
Mais de 2000	6	Menos

Quadro 01 – Faixa etária, cargo e ano de ingresso na Polícia Civil.

SOCIOLINGUÍSTICA, SOCIOLOGIA DA LINGUAGEM E METODOLOGIA

A temática, inicialmente encarada no campo da sociolinguística, esta entendida como um ramo da linguística e com tal portadora da compreensão das mudanças no campo da variação linguística, foi transportada para o campo da sociologia da linguagem, uma vez que esta, como diz Monteiro (2000, p. 28): “[...] a sociolinguística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a sociologia da linguagem busca alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem”.

A distinção entre a linguística e a sociologia da linguagem percorre a dimensão da abordagem microsociolinguística à macrosociolinguística (Calvet, 2002). Para este autor, a análise do falante e de seu universo linguístico não pode se desprender das noções de comunidade, de redes sociais e de predominância de dialetos num determinado contexto social. Na análise da variação linguística no campo policial, em Teresina-Pi, pouco se pode falar em status da língua, porém os sujeitos condicionam a posição da fala que falam a partir de suas posições no campo policial. Neste sentido, podemos identificar posições a partir da escolaridade, da função, do tempo de serviço, da localização de mando nas instâncias consagradoras do campo policial, dentre outras; conseqüentemente, vincular a variação a estes condicionamentos. Além desses condicionamentos, a estrutu-

ra da variação movimenta-se por transformações comportamentais produzidos pelo espectro político, cultural e social.

A compreensão do falante, de sua comunidade, de suas redes esta imbricada, tornando inócua a separação entre campos de conhecimento responsáveis por abarcarem este ou aquele aspecto. “É necessário conceber a abordagem dos fatos da língua como um vasto *continuum*, que vai do analógico ao digital, das relações sociais à iminência dos fatos linguísticos, como se estivesse aplicando uma técnica de *zoom*” (*Ibidem*, p. 143) (destaques do autor). Neste contexto cabe-nos indagar sobre os interesses das ciências sociais na investigação do universo do falante e dos conceitos linguísticos, Bourdieu (1983) afirma que a crítica sociológica faz deslocamentos, a noção de gramaticalidade passa a ser considerada como aceitabilidade, a de língua passa a ser língua legítima, as relações de comunicação transformam-se em relações de força simbólica; ou seja, a linguagem mais que um instrumento de inteligência é um instrumento de ação.

A captação da ação no campo linguístico policial requer instrumentos de pesquisa capazes de propiciar ao pesquisador e aos sujeitos momentos de participação nas elaborações dos questionamentos necessários ao desvelamento do campo. Podemos destacar a *entrevista*, esta envolve todos os sujeitos numa relação de proximidade cujo canal é a linguagem, por sua vez o uso da linguagem não pode provocar desnível o que prejudica a ‘situação da entrevista’, consequentemente, as informações e os termos coletados. Outra preocupação é com a espontaneidade dos falantes, a distorção intencional ou não da comunicação pode conduzir a resultados imprecisos. Além desses aspectos a elaboração do roteiro deve levar em consideração as hipóteses de pesquisa, a escolaridade do entrevistado, o local e o horário. Os *formulários* são instrumentos que podem auxiliar na coleta de informações face a face, porém é mais limitado por ‘prender’ pesquisador e entrevistado às questões anteriormente elaboradas, porém propiciar a sistematização estatística dos dados.

Contudo, as precauções sobre o uso dessas técnicas não devem ser esquecidas, especialmente, na fala espontânea. Nesta pode ocorrer o *paradoxo do observador*, quando o falante modifica a situação natural em decorrência da necessidade de mostrar maior forma-

lidade na linguagem durante a situação de entrevista (Monteiro, 2000).

O estudo sobre a mudança semântica no léxico policial tenta compreender a base social dos seus falantes, os condicionamentos linguísticos, as consequências da estrutura androcêntrica sobre os *habitus* linguísticos e conhecer alternativas para uma variação mais instituinte em relação à instituída.

A INVESTIGAÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DO *HABITUS* A VARIAÇÃO SEMÂNTICA NO LÉXICO POLICIAL.

As leituras e as reflexões teóricas sobre a temática da sociolinguística realizadas pelo grupo pesquisa servem como iniciação à pesquisa enquanto prática social. Isto significa que o ato da investigação acompanha nossa *práxis* cotidiana, em razão disso, os múltiplos instrumentos de captação da realidade não podem ser dispensados, especialmente os adequados à análise dos aspectos sociais da língua. Contudo, o desenho da investigação deve selecionar a metodologia específica para cada objeto. É neste caso, são imprescindíveis a utilização de categorias sociolinguísticas, sociológicas e políticas para fundamentar o estudo neste campo de conhecimento.

A preocupação com o universo linguístico no campo policial surge da recorrência a estudos e leituras sobre a polícia e os policiais, quer para ministrar aulas em cursos de especialização, quer para aprofundar o conhecimento sobre o campo policial, trabalho já iniciado em outra produção acadêmica. Outro aspecto que vale destacar é

[...] o ambiente policial que possibilita aos policiais a imersão num jogo, através do qual as disputas entre eles e os diversos campos (religioso, escolar, profissionais e outros) ocorrem mediados por elementos situados no social e nas possibilidades de *performance* do agente. A concorrência por posição social e autoridade utiliza-se de objetos que colocados no mercado conquistam valor. A desvalorização e a valorização ocorridas no interior dessas relações simbólicas encaminham o *habitus* linguístico policial para transformação ou conservação (Miranda & Silva, 2006, p. 05).

Este cenário por si só pode não representar transformações na polícia, por esta razão, escolhemos captar a linguagem cotidiana desses profissionais para visualizarmos a ‘nova polícia’. Alkmim (2005, p. 27), cita Benveniste para informar que “[...] a questão da relação entre língua e sociedade se resolve pela consideração da língua como instrumento de análise da sociedade. Para ele (Benveniste) a língua

contém a sociedade e por isto é o interprete da sociedade”. A análise do universo linguístico no campo policial leva em consideração a existência de linguagem especial do campo profissional e os condicionamentos oriundos da posição de classe, do grau de instrução e da posição de autoridade que ocupa. O quadro abaixo expõe os termos e as variações correspondentes.

Termos	Variação 01	Variação 02
Informante	Cagoêta	Cabuêta
Mulher	Vadia	Cabrocha
Arma	Ferro	Berro
Homossexual	Biba	Bicha
Policial fraco	Mané	Medroso
Fugiu	Vazou	Pé de pano
Gelo	Desprezo	Isolar
Patuá	Negócio	Problema
Bolou	Caiu na cantata	Cedeu ao malandro

Quadro 02 – Termo e suas alterações semânticas.

A característica da variação semântica é a permanência do significante e a alteração no significado (conceito). Este é condicionado por variáveis externa à língua, a que descrevemos como diatópicas: grupo profissional, sexo, idade, tempo na função de trabalho, escolaridade e outros.

Destacamos que a variação semântica no campo policial é fortemente influenciada pelos valores do sexo masculino: a virilidade, a masculinidade, a ‘suposta’ superioridade sobre a mulher e forte rejeição a grupos de opção não heterossexual.

A formação da linguagem policial ocorre na associação entre o ‘mundo do bandido’ e a ordem oficial. No quadro 02 p2, sabe-se que o grupo de indivíduos utilizados para ressignificação está socialmente numa posição ‘fragilizada’ no contexto da vida social. Atualmente, como atesta algumas falas dos policiais, termos estão em desuso em decorrência dos cursos de formação e da vigilância dos setores dos direitos humanos. Termos pejorativos associados à mulher, aos homossexuais, aos negros e outros.

CONCLUSÃO

O estudo aponta para a necessidade de conhecimento das diversas linguagens especiais, a partir delas compreendermos as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas pelas quais passamos. O desafio que está à frente parece grande demais para finalizarmos o estudo da problemática e aprofundarmos aspectos relevantes.

Os reajustes na política requerem um ‘reajuste no olhar’ (Encrevé, 2005) para conservar a capacidade interpretativa e analítica. Não são apenas as instituições policiais que sofrem neste início de século com as mudanças linguísticas; os grupos de adolescentes nos bairros pobres das cidades metropolitanas ou não, os jovens das badadas, os grupos da terceira idade que organizam um novo modo vida e, conseqüentemente, uma nova linguagem e tantas outras organizações que estruturam seu poder através da fala.

A linguagem no campo policial vem sofrendo um processo de transformação no significado etimológico do léxico dominado por variáveis específicas da vida moderna: escolaridade, faixa etária, posição social, situação na hierarquia do trabalho entre outros. Contudo, alguns elementos arcaicos persistem por meio da fala: a visão androcêntrica, o abuso de autoridade, inversão dos valores no campo profissional e social.

O reconhecimento da resignificação da palavra através da violência simbólica existente nas relações campo policial possibilita a estruturação de políticas que possam amenizar os resultados da prática profissional dos agentes estatais envolvidos na segurança do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina e CHRISTINA, Anna (Orgs.). *Introdução à Linguística*. Domínios e Fronteiras. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21-47.

ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAUER, Martin W. & GASKEL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Um manual prático. (Tradução Pedrinho A. Guareschi) Petrópolis: Vozes, 2002.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. (Tradução de Floriano de Sousa Fernandes). Petrópolis, Vozes, 1985.

BERGER, Peter L. & BERGER, Briggit. Como ser um membro da sociedade. **In:** Marialice Mencarini Forachi & José de Sousa Martins. *Sociologia e Sociedade*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1998, 200-214p

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

———. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

———. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

———. *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística*. Uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CARDOSO, Ruth C.L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. **In:** Ruth Cardoso (org). *A Aventura antropológica: Teoria e método*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p.95-105.

ENCREVÉ, Pierre. A palavra e seu preço. **In:** ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose-Marie (Coord.). *Trabalhar com Bourdieu*. Trad.: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 261-270.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Trad.: Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 1989.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, Michel J.M. (org). *A crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1985, p. 191-210.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de & SILVA, Leonildes da Costa. A Palavra, a Educação e o Poder no Campo Policial. *Projeto de Pesquisa*. Teresina: PIBIC/CNPq, Pró Reitoria de Pesquisa da UESPI, 2006.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística*. O tratamento da variação. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GRYNER, Helena; OMENA, Nelize Pires. A interferência das variáveis semânticas. MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística*. O tratamento da variação. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *Para Compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEMAMA, Paolo. Linguagem e Poder. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político).

THIOLENT, Michel J.M. *A crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1985.

VOGT, Carlos. *Linguagem pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma*. Notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume-Dumerá, 2002.

AS PREPOSIÇÕES ACIDENTAIS (PREPOSIZIONI IMPROPRIE) ITALIANAS E SEUS TERMOS CORRESPONDENTES EM PORTUGUÊS

Maria Franca Zuccarello (UERJ)
mfrancazuccarello@superig.com.br
e mfrancazuccarello@ig.com.br
Edvaldo Sampaio Belizário (UERJ)

As preposições da língua italiana e da portuguesa, assim como das outras línguas, são partículas do discurso que antecedem um elemento da frase (nome, pronome, verbos no infinitivo, advérbios) correlacionando-o a um outro elemento para dar à frase um significado claro e por isso são consideradas conectivos. Têm, estas, uma função verdadeiramente importante dentro do discurso porque ligam e mantêm em relação entre si os vários elementos da frase, como substantivo a substantivo, verbo a substantivo, substantivo a verbo, adjetivo a substantivo, advérbio a substantivo etc.

Pela função que desenvolvem dentro da sintaxe, as preposições constituem um elemento fundamental da frase, porque somente o sujeito, o objeto direto e o predicativo são introduzidos na frase sem o auxílio destas. Todos os outros elementos, objetos indiretos e/ou adjuntas adverbiais, são introduzidos na frase e/ou orações mediante preposições, estabelecendo uma relação de subordinação entre a oração regente e a regida.

Na língua italiana, assim como na portuguesa, as preposições são bastante numerosas, e numerosas são as relações que podem ocorrer entre os diversos elementos de uma frase. Geralmente, são classificadas, com base na forma, em três grupos: *preposizioni proprie*, *preposizioni improprie* e *locuzioni prepositive*, em português, respectivamente ditas, *essenciais* e *acidentais* e *locuções prepositivas*.

As *preposizioni proprie* (*preposições essenciais*) são assim chamadas porque exercem, no discurso, somente a função de preposição, podendo ser:

- *Semplici* (simples): quando não se unem aos artigos e são, então, invariáveis;

- **Articolate** (contraídas): quando, algumas destas, se unem aos artigos tornam-se variáveis porque têm as variações dos artigos.

Exemplo: La moto **di** Giovanni. La moto **di** Luisa.

La moto **del** ragazzo. La moto **della** ragazza.

Quanto ao significado todas as preposições italianas são genéricas e polivalentes, porque, apesar de cada uma ter um significado fundamental, pode admitir significados diversos, dependendo do tipo de relação que a preposição estabelece entre as palavras.

As *preposições próprias* italianas são *di, a, da, in, su, con, per, tra e fra*.

Em português, as preposições essenciais divergem das italianas tanto no número quanto na classificação, pois algumas das essenciais da língua portuguesa pertencem, em italiano, ao grupo das acidentais. De fato as preposições da língua portuguesa *a, com, de, desde, em, entre, para, por, sobre*, têm correspondentes, em italiano, nas essenciais e são respectivamente *a, con, di, da, in, tra e fra, per e da, su*.

Nem sempre, então, a tradução corresponde em português, porque depende da regência verbal que as preposições têm nas várias e diversas situações frasais, como exemplificamos a seguir:

Vado **a** Roma **in** treno. = Vou **para** Roma **de** trem.

Non preoccuparti **di** nulla = Não se preocupe **com** nada.

Vado **dal** dottore. = Vou **ao** médico.

Conto **sul** tuo aiuto. = Conto **com a** sua ajuda.

Ha piovuto **per** (durante) due ore. = Choveu **por** (durante) duas horas.

Compro un regalo **per** mio nipote = Compro um presente **para** o meu sobrinho.

Tra poco arriveranno i miei genitori.= **Daqui a** pouco chegarão os meus pais.

Il quadro è **tra** due pareti.= O quadro está **entre** duas paredes.

O nosso trabalho, porém, tem como objetivo principal o de priorizar as *preposizioni improprie* que, na maioria das vezes, são estudadas de uma forma mais generalizada, ou seja, apenas como vocabulário, quando aparecem num texto.

As *preposizioni improprie* (*preposições acidentais*, também ditas *impróprias*), são partes do discurso que, por um processo de reclassificação, são usadas como preposições, aliás, se olharmos a frequência de uso, estas agem principalmente como preposições.

Têm estas a mesma importância das *preposizioni proprie*, tanto no aspecto morfológico, quando ligam entre si os vários elementos da frase, quanto no aspecto sintático, quando dão origem aos vários complementos indiretos.

Algumas *preposições acidentais*, como por exemplo, *prima*, *insieme*, *lontano*, *vicino*, entre outras, nunca são usadas sozinhas, mas sempre unidas a uma preposição essencial, formando, assim, locuções prepositivas, como: *prima di*, *lontano da*, *vicino a*, *fuori e prima di* etc. Além disso algumas das preposições impróprias são usadas de formas diferenciadas, como é o caso de:

- *davanti*, que *podemos* encontrar com, ou sem a preposição própria *a*;

- *insieme*, que *usamos* com a preposição própria *com* e não com *a*.

Ante, *após*, *até*, *contra*, *perante*, *sem*, *sob*, *trás*, têm correspondências somente nas acidentais italianas e são *innanzi*, *dopo*, *fino a*, *contro*, *davanti a*, *senza*, *sotto*, *dietro*.

Muitas vezes podemos substituir uma *preposizione propria* por uma *impropria* sem nenhum prejuízo para o texto, como mostramos a seguir.

L'aereo vola sulla città. L'aereo vola sopra la città. = O avião voa *sobre* a cidade.

Enquanto as preposições essenciais regem pronomes oblíquos tônicos, as preposições acidentais regem as formas retas dos pronomes pessoais.

Falei sobre você. Ho parlato su (di) te.

Ontem, exceto eu, todos vieram. Ieri, sono venuti tutti, *tranne/meno* io.

As *preposições impróprias* são palavras provenientes de outras classes gramaticais, podendo atuar como preposições, muitas vezes seguidas de preposições próprias: *durante* (durante), *fuori* (fora), *meno* (menos), *salvo* (salvo), *secondo* (conforme e de acordo com), *eccetto* (exceto), etc. Na verdade, são conjunções, locuções conjunti-

vas, adjetivos, substantivos, advérbios, verbos, que perdem seu valor e emprego primitivo, passando, então, a funcionar como preposições.

Como distinguir, então, um advérbio, um adjetivo, um verbo, ou uma conjunção de uma proposição acidental (imprópria)? As preposições acidentais sempre ligam termos antecedentes a termos conseqüentes, enquanto os adjetivos, os substantivos, as conjunções e os verbos não têm esta função, como exemplificaremos caso a caso, pois o objetivo deste nosso trabalho é de sanar muitas dúvidas de nossos alunos.

As principais *preposições acidentais* da língua italiana, na realidade, são:

➤ **ADVÉRBIOS:** *accanto, attorno, intorno, avanti, circa, contro, oltre, davanti, dentro, dietro, dopo, fino, fuori, innanzi, insieme, presso, prima, sopra, sotto, su, lontano, vicino, circa.*

Lí va il divano, il pianoforte, invece, lo mettiamo qui **accanto**. (advérbio) (Ali fica o sofá, o piano, ao invés, o colocamos aqui **ao lado**)

Abito **accanto al** palazzo di giustizia. (preposição) (Moro **ao lado do** palácio de justiça)

Non aveva nessuno **intorno**. (advérbio) (Não tinha ninguém **ao redor**)

La Terra gira **intorno al** Sole. (preposição) (A terra gira **ao redor do** Sol)

Vieni qui **avanti (davanti)**, vedrai meglio. (advérbio) (Vem aqui **adiante**, verá melhor)

Si alzò **avanti / prima dello** spuntar del sole. (preposição) (Levantou-se **antes do** nascer do sol)

Lui ha **circa** vent'anni. (advérbio) (Ele tem **aproximadamente** vinte anos)

Non so nulla **circa** quell'affare. (preposição) (Não sei nada **acerca / a respeito** daquele negócio)

Qualunque proposta faccia, mi sei sempre **contro**. (advérbio) (Qualquer proposta que eu faça, você é sempre **contra**)

Puntò l'arma **contro** il ladro. (preposição) (Apontou a arma **contra** o ladrão)

Invece di fermarsi, è passato **oltre**. (advérbio) (Em vez de parar, foi **adiante**)

Siamo andati **oltre i** monti. (preposição) (Fomos **além dos** montes)

Le autorità erano sedute **davanti**. (advérbio) (As autoridades estavam sentadas **na frente**)

Compariremo un giorno **davanti a** Dio. (preposição) (Compareceremos um dia **dian***te* de Deus)

Qui **dentro** fa troppo caldo. (advérbio) (Aqui **dentro** faz muito calor)

Chi c'è **dentro** il bagno? (Quem está **dentro do** banheiro?)

Mi siedo qui **dietro**. (advérbio) (Sento-me aqui **atrás**)

La bimba si nascose **dietro la** porta. (preposição) (A meninaha escondeu-se **atrás da** porta)

Ti ho chiesto di andarci ora, non **dopo**. (advérbio) (Eu te pedi para ir lá agora, não **depois**)

Dopo la lezione andrò al bar. (preposição) (**Depois da** aula irei ao bar)

Perfino il fratello gli ha negato aiuto. (advérbio) (**Até** o irmão negou-lhe ajuda)

Non ce la faccio a portare questa valigia **fino a** casa tua. (preposição) (Não consigo levar esta mala **até** a tua casa)

Com'è il tempo **fuori**? (advérbio) (Como está o tempo lá **fora**?)

Abitava **fuori** città. (preposição) (Morava **fora da** cidade)

L'ho già detto **innanzi**. (advérbio) (Eu já disse **antes**)

Si presentò **innanzi al** re. (preposição) (Apresentou-se **dian***te do* rei)

Vogliamo studiare **insieme**. (advérbio) (Queremos estudar **juntos**)

É uscito **insieme con** gli amici. (preposição) (Saiu **junto com** os amigos)

Abitiamo qui **vicino**. (advérbio) (Moramos aqui **perto**)

Ha comprato una casa **presso** il cinema. (preposição) (Comprou uma casa **perto do** cinema)

Se arrivavi **prima**, lo potevi salutare. (advérbio) (Se você chegasse **antes**, podia cumprimentá-lo)

Prima di domani sarà tutto risolto. (preposição) (**Antes de** amanhã será tudo resolvido)

Il telefono è lí **sopra**. (advérbio) (O telefone está ali **em cima**)

L'aereo vola **sul / sopra** il deserto. (preposição) (O avião voa **sobre o** deserto)

Sotto c'è uno strato di crema. (advérbio) (**Embaixo** há uma camada de creme)

Portava il libro **sotto il** braccio. (preposição) (Levava o livro **debaixo do** braço)

Mia cugina abita **lontano**. (advérbio) (Minha prima mora **longe**)

Non posso vivere **lontano dallal** mia città. (preposição) (Não posso viver **longe da** minha cidade)

Mia sorella abita qui **vicino**. (advérbio) (Minha irmã mora aqui **perto**)

Ho una fattoria **vicino a** Siena. (preposizione) (Tenho uma fazenda **perto de** Siena)

➤ **SUBSTANTIVOS: grazie, secondo, tramite, verso.**

È andato in chiesa a render **grazie a** Dio. (substantivo) (Foi à igreja dar **graças a** Deus)

Ci sono riuscito **grazie a** lei. (preposizione) (Consegui **graças a** ela)

Aspettami un **secondo**. (substantivo) (Espere-me um **segundo**)

Spendo **secondo** le mie possibilita. (preposizione) (Gasto **de acordo com** as minhas possibilidades)

Paolo è stato il **tramite** della nostra conoscenza. (substantivo) (Paulo foi o **intermediário** do nosso conhecimento)

Ti risponderò **tramite** telegramma. (preposizione) (Reponder-te-ei **por meio de** telegramma)

Non capisco questo **verso** del poema. (substantivo) (Não entendo este **verso** do poema)

I figli devono avere rispetto **verso** i genitori. (preposizione) (Os filhos devem ter respeito **para com** os pais)

➤ **VERBOS: durante, escluso, eccetto, dato, median-
te, verso, nonostante, rasente, ecc.**

Ti manterrò informato vita natural **durante**. (verbo) (Manter-te-ei informato no **decorrer** de toda a vida)

Durante il pranzo parlammo di política. (preposizione) (**Durante** o almoço falamos de política)

La commissione **ha escluso** molti candidati. (verbo) (A comissão **excluiu** muitos candidatos)

Tutti parteciperanno alla festa, **escluso** i bambini. (preposizione) (Todos participarão da festa, **exceto** as crianças)

Dato il regalo, se ne andò. (verbo) (**Dado** o presente, foi embora)

Speravo di fare qualche foto, ma **dato** il maltempo rimando a dopo. (preposizione) (Eu esperava tirar algumas fotos, mas, **devido ao** mau tempo, adiuo para depois)

➤ ADJETIVOS: *escluso, lontano, lungo, salvo, secondo, vicino.*

Alla festa c'erano tutti i nostri amici, nessuno **escluso**. (adjetivo) (Na festa estavam todos os nossos amigos, nenhum **excluído**)

Eravamo solo ragazzi, **escluso** Maria e Claudia. (preposição) (Éramos só rapazes, **exceto** Maria e Claudia)

Il quartiere in cui abito è **lontano**. (adjetivo) (O bairro no qual moro é **longe**)

Abitava **lontano dal** centro. (preposição) (Morava **longe do** centro)

È un cammino molto **lungo**. (adjetivo) (É um caminho muito **longo**)

Lungo il viaggio ho letto un libro. (preposição) (**Durante** a/ **no decorrer da** viagem li un libro)

Chi crede sarà **salvo**. (adjetivo) (Quem crê, será **salvo**)

Mangio qualsiasi cosa, **salvo** le frittute. (preposição) (Como qualquer coisa, **exceto/ menos** as frituras)

Abito al **secondo** piano. (adjetivo) (Moro no **segundo** andar)

Si comportava **secondo** le regole. (preposição) Comportava-se **de acordo com** as regras)

Vado alla farmacia più **vicina**. (preposição) (Vou à farmácia mais **próxima**)

Abito **vicino alla** stazione. (preposição) (Moro **perto da** estação)

➤ CONGIUNZIONI OUCUÇÕES CONJUNTIVAS: *anziché, eccetto, malgrado, nonostante, prima di, salvo, senza, tranne.*

Anziché scrivere, è meglio andare di persona. (congiunzione) (**Em vez de** escrever, é melhor ir pessoalmente)

Anziché il dolce, prendo la frutta. (preposição) (**Em vez de** doce, como a fruta)

Farei di tutto, **eccetto** vivere con lui. (congiunzione) (Faria de tudo, **exceto** viver com ele)

C'erano tutti, **eccetto** voi. (preposição) (Estavam todos, **exceto** vocês)

Malgrado lo avessi chiamato, non mi ha risposto. (congiunzione) (**Embora** o tivesse chamado, não me respondeu)

Il candidato è stato bocciato, **malgrado le** molte raccomandazioni. (preposição) (O candidato foi reprovado, **apesar das** muitas recomendações)

La manifestazione si è tenuta, **nonostante** ci fosse pochissima gente. (congiunzione) (A manifestação se confirmou, **embora** houvesse pouquíssima gente)

Ci sono riuscito **nonostante** tutti gli ostacoli. (preposição) (Consegui, **apesar de** todos os obstáculos)

Prima di partire passerò a salutarti. (locução conjuntiva) (**Antes de** partir, passarei para cumprimentar-te)

Prima di cena leggo il giornale. (preposição) (**Antes do** jantar, leio o jornal)

Verrò, **salvo se** diluvia. (preposição conjuntiva) (Virei, **salvo se** cair muita chuva/diluviar)

C'erano tutti, **salvo** te. (preposição) (Estavam todos, **exceto** você)

È uscito **senza** dire niente. (conjunção) (Saiu **sem** dizer nada)

È uscito **senza** soldi. (preposição) (Saiu **sem** dinheiro)

Non mi disturbare, **tranne che** mi chiami il direttore. (locução conjuntiva) (Não me perturbe, **a menos que** me chame o diretor)

Erano tutti presenti, **tranne** uno. (preposição) (Estavam todos presentes, **exceto** um)

Segundo alguns gramáticos italianos a junção da preposição imprópria e da própria constitui uma *preposizione composta*. Segundo outros tal junção, forma uma *locução prepositiva*, isto é, um grupo de palavras que formam um conjunto e têm só uma função (no caso específico, a função de preposição).

O uso muito frequente das preposições impróprias, os muitos detalhe de pensamento que as preposições querem precisar, fizeram com que, na linguagem atual italiana, muitas vezes, nos afastemos de algumas regras que os *puristi* – que se remetem à regras ditadas pelo latim – gostariam se respeitassem. Mas, visto que a língua evolue continuamente, o que então era considerado errado, hoje é mais usado e pode então ser aceito, como exemplificamos a seguir:

<i>É mais correto dizer</i>	<i>que</i>
Duello con la pistola	Duello alla pistola
Ti consiglio di reclamare	Ti consiglio a reclamare
Terreno da vendere	Terreno a vendere
Lo mando per (mezzo della) posta	Te lo mando a mezzo posta
A mano a mano	Mano a mano
Vestire secondo la moda	Vestire alla moda
Vestito di seta	Vestito in seta
Biglietto da visita	Biglietto di visita
Macchina per scrivere	Macchina da scrivere
Bistecca sui ferri	Bistecca ai ferri
Riso col burro	Riso al burro
Festa di ballo	Festa da ballo
Studente di lettere	Studente in lettere
Ecc.	

Tais preposições transformam-se, então, em locuções prepositivas.

Para os casos que podem suscitar incertezas é aconselhável consultar os modernos dicionários da língua italiana.

Atualmente, na Itália, a situação das preposições *impróprias*, acompanhadas ou não de preposições simples, é muito fluida, até porque, muitas vezes, a língua italiana é influenciada pelos dialetos, e mais frequentemente, pelos falares. Estes tendem a tornar mais claros os nexos prepositivos com a inserção de preposições, nem sempre necessárias, ou, ao contrário, simplificando-os ao máximo, com a abolição de preposições consideradas inúteis. Mas – atenção – quando uma construção (contendo certa preposição) não é fixada pelos falantes significa que, muitas vezes, é errada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGIOLINA, Carmelo & SAMBUGAR, Marta. *Strutture dell'italiano*. Firenze: La Nuova Italia, 1986.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

SABATINI-COLETTI. *Dizionario della lingua italiana*. Milano: Rizzoli Larousse, 2006.

SENSINI, Marcello. *La grammatica della lingua italiana*. Milano: Mondadori, 207.

SERIANNI, Luca. *Italiano – Grammatica, sintassi, dubbi*. Milano: Garzanti, 1988.

VIOLA, E. & VIOLA, I. *Parlando scrivendo – grammatica italiana per la scuola media*. Torino: Lattes & C., 1990.

ZINGARELLI, Nicola. *Il nuovo Zingarelli: Vocabolario della lingua italiana*. Bologna: Zanichelli, 1987.

**REGISTROS SOCIOGEOLINGUÍSTICOS
EM SÃO SEBASTIÃO:
A PRESENÇA DO ELEMENTO INDÍGENA
E A INFLUÊNCIA DO PORTUGUÊS COLONIZADOR**

Márcia Regina Teixeira da Encarnação (USP)
maregi@usp.br

**Toda língua são rastros de velho mistério.
(Guimarães Rosa)**

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos uma pesquisa de campo em São Sebastião, município do Litoral de São Paulo, percebemos claramente que é no léxico das diversas comunidades linguísticas que ficam documentados os múltiplos encontros entre povos e culturas.

A presença do elemento indígena já se faz presente no registro toponímico, como por exemplo, na praia de Boiçucanga. Segundo Nascentes (1952), era o antigo nome tupi da Ilha de São Sebastião, *mboy*, significa Cobra, + *wa'su*, que significa grande + e a'Kang, que significa cabeça. “A cobra de cabeça grande” então, é a forma que tem a serra que separa a praia de Boiçucanga do restante do município.

Antes da colonização portuguesa, a região era ocupada por índios Tupiniquins ao norte e Tupinambás ao sul, sendo a serra de Boiçucanga – 30 km ao sul de São Sebastião - uma divisa natural das terras das tribos.

O nome São Sebastião foi dado posteriormente pelos portugueses, coerentes com o ideal português de colonizar e ao mesmo tempo difundir a fé católica, dando o nome de santos às localidades encontradas.

E, assim como o grego e o latim, principais elementos formadores da língua do colonizador, o tupi antigo participou decisivamente do português falado no Brasil.

Esta pesquisa está fundamentada nos pressupostos da Geolinguística, método da Dialectologia e foi realizada *in loco* com seis su-

jeitos adultos, de 50 a 65 anos, de ambos os gêneros, sendo 3 homens e 3 mulheres. Foi utilizada a subárea *Habitação*, do questionário semântico-lexical do Projeto ALiB, que traz a seguinte pergunta: (Como se chama) “... aquilo, preto, que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima do fogão à lenha?”. O Comitê Nacional do Projeto ALiB aponta *fuligem* como provável resposta a essa questão, entretanto, a lexia *picumã* aparece com a maior frequência, acompanhada por fuligem, carvão e fumaça.

UM POUCO DA HISTÓRIA DE SÃO SEBASTIÃO

O município de São Sebastião, no litoral norte do Estado de São Paulo, possui área aproximada de 401 km e uma população fixa de cerca de 58.000 habitantes, segundo o censo IBGE – 2000.

Segundo Prado Júnior (1956, p. 23), o Litoral Norte do Estado de São Paulo é uma micro-região homogênea que passou por um processo de povoamento e colonização que remonta ao período colonial. Foi a ocupação de um espaço já habitado com o intuito de encontrar produtos de aproveitamento imediato que atendessem a demanda dos países europeus, interessados em matérias-primas e gêneros tropicais.

Marcos de episódios da história do Brasil ainda podem ser vistos na costa do litoral norte de São Paulo, em que índios, colonos, jesuítas e piratas lutaram pela terra onde os portugueses vitoriosos lançaram a base da nova nação.

Restam muitos vestígios da época colonial na paisagem – canhões, centros históricos, fazendas em ruínas ou restauradas, igrejas e capelas modestas. Parte desse passado esconde-se no meio do mato. Parte sumiu da lembrança, com o passar dos séculos.

Os Pescadores - coletores do Litoral

Antes da chegada dos portugueses e até dos índios, já havia grupos humanos organizados em sociedade, habitando o território brasileiro: os sambaquieiros. Os homens dos sambaquis, nesta região, teriam constituído um grupo humano

(...) adaptado às condições de vida impostas pelas características geográficas da planície costeira marinha e pelo sistema lagunar. Suas canoas devem ter singrado as águas das lagoas e os rios regionais, por todos os recantos, vasculhando aquela homogênea região geográfica. Os homens dos sambaquis constituíram ali, uma civilização de canoieiros e um grupo humano de conchóforo e ictiófago por excelência. Ab Saber & Bernard (1953, p. 220).

Eles existiram entre 5000 e 1000 anos atrás, e foram uma bem-sucedida adaptação ao litoral do Brasil pré-colonial.

Sambaqui é uma palavra de origem indígena que deriva de *tambá* (concha) e *ki* (depósito). Os sambaquis são depósitos de conchas acumuladas por grupos tribais que dependiam primordialmente da pesca e da coleta de moluscos, como base da sua alimentação, ocupando-se paralelamente da caça de animais de pequeno e médio porte, além da coleta de frutos e raízes.

Quando os portugueses chegaram aqui, utilizavam as conchas dos sambaquis para fazer cal e usá-lo na construção de casas. Trituravam as conchas, queimavam em fornos e misturavam o pó com óleo de baleia e açúcar mascavo. Faziam então uma argamassa, usada para juntar as pedras nas construções. Durante centenas de anos foram construídos muros, casarões e igrejas com os sambaquis. Esta atividade foi proibida em São Paulo em 1952 e no restante do país em 1961.

Os povos indígenas

Logo após o desaparecimento da cultura sambaqui, novos habitantes passaram a morar nesta região, conforme indicam os estudos arqueológicos. Eram povos indígenas que, além de pescar, caçar e coletar frutos e mel na mata, sabiam fazer potes de cerâmica e produzir hortas e quintais de mandioca, batata doce, maracujá, algodão, abóbora, feijão e inúmeros outros alimentos.

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região era habitada por índios da tribo Tupi, que haviam expulsado para o interior as tribos inimigas. Os índios descendentes dos tupis falavam a mesma língua e impuseram o seu domínio aos demais. Adotaram diversos nomes, de acordo com as condições locais. Nesta região os índios denominavam-se Tupinambás, que viviam nas terras ao norte;

e Tupiniquins, que viviam nas terras ao sul de São Sebastião. Os tupiniquins, assim como os tupinambás, pertencem ao tronco linguístico tupi.

A situação dos indígenas com a chegada dos portugueses

Com sustos, estranheza e medo, os indígenas acolheram os primeiros colonizadores que se instalaram em São Sebastião entre 1596 e 1609.

As lutas entre as duas tribos do local intensificaram-se depois da vinda dos portugueses, pois, necessitando de mão de obra, os colonizadores iniciaram o bandeirismo de apresamento, que consistia em capturar índios e vendê-los como escravos nos engenhos nordestinos.

Tupinambás e Tupiniquins desapareceram. Mesmo assim, deixaram incontáveis contribuições. A técnica de fabricação de canoas, o preparo da farinha, o cultivo da terra, a construção de moradias em pau a pique e a marcante herança linguística presente não só no nome das praias e dos diversos acidentes geográficos, mas também no linguajar dos habitantes do local.

A HERANÇA LINGUÍSTICA E A GEOLINGUÍSTICA

A linguagem dos habitantes do litoral veio adquirindo um léxico comum, fruto da herança do português arcaico trazido pelos colonizadores no século XVI, da influência indígena, dos antigos donos do litoral, como são chamados hoje os índios das tribos que por lá viviam e ainda da africana, elemento de elevada importância para o desenvolvimento da região nos primórdios da nação.

Esse local viveu ciclos econômicos distintos e nas fases de crise sofreu relativos isolamentos, o que lhe permitiu não só desenvolver um modo de vida bastante peculiar, mas também lhe garantiu uma certa preservação de aspecto linguístico.

Em São Sebastião, a língua falada hoje se constitui num verdadeiro mosaico de palavras provenientes dos portugueses, dos indígenas e dos povos africanos.

É preciso, portanto, que tentemos resgatar e documentar o mais rápido possível a variação lexical existente, para que, com isso, possamos registrar a memória linguística e contribuir para o conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil em nossos dias.

Seguimos, para tanto, os preceitos da Geolinguística, método da Dialetoлогия, que consiste na aplicação de um questionário a um conjunto de sujeitos com determinadas características, numa rede de pontos. Os resultados obtidos são apresentados em tabelas e, posteriormente, em cartas.

É imensurável a importância desse método, pois, com ele, torna-se possível a busca pelas peculiaridades do local, manifestadas nas escolhas lexicais dos sujeitos entrevistados. Seus falares, relacionados às condições do ambiente, podem determinar o grau de inovação ou de conservação linguística.

A ANÁLISE QUANTITATIVA

Essa pesquisa foi realizada *in loco* com sujeitos adultos, de 50 a 65 anos, de ambos os gêneros. Foi utilizada a subárea *Habitação*, do questionário semântico-lexical do Projeto ALiB, que traz a seguinte pergunta: (Como se chama) “... aquilo, preto, que se forma na chaminé, na parede ou no teto da cozinha, acima do fogão à lenha?”.

O Comitê Nacional do Projeto ALiB aponta *fuligem* como provável resposta a essa questão, entretanto, a *lexia picumã* aparece com a maior frequência, acompanhada por *fuligem, carvão e fumaça*.

O termo *lexia*, empregado neste trabalho, deve-se ao linguista francês, Pottier (1978) e designa qualquer unidade lexemática.

Para a apuração estatística, orientamo-nos pelos postulados da Linguística Quantitativa de Muller (1968), que afirma que qualquer manifestação de linguagem, um discurso qualquer, escrito ou falado, breve ou longo, literário ou não, não está livre do domínio numérico. Diz ainda que cada vocábulo que aparece em um texto é dotado de frequência, e que essa frequência é determinada pelo número de suas ocorrências no texto.

Ao nos referirmos ao número exato das ocorrências no *corpus*, temos a “frequência absoluta” e quando esse número exato de ocorrências faz referência ao número total do *corpus*, temos a “frequência relativa”.

Nessa pesquisa, buscamos verificar a frequência absoluta e a relativa das lexias dadas como respostas pelos sujeitos inquiridos, conforme descritas no gráfico abaixo:

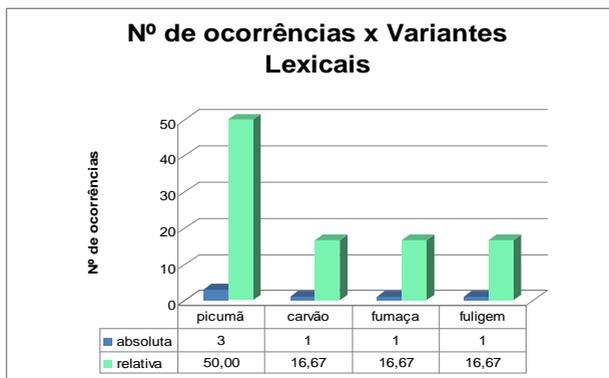


Fig. 1: Número de ocorrências das variantes lexicais

Temos então, para um total de 6, ou seja, de 100% das respostas obtidas:

- 3 ou 50% para picumã;
- 1 ou 16,67% para carvão;
- 1 ou 16,67% para fumaça e
- 1 ou 16,67% para fuligem.

Com esses resultados, vimos que a lexia picumã, do tupi *apeku'ma*, continua presente na fala dos sujeitos, registrando os fatos do passado. Encontramos aqui, fossilizada, uma lexia preservada na memória cultural da comunidade.

Da mesma forma como ocorre na toponímia local – Boiçucanga e São Sebastião – as lexias picumã e fuligem – mostram que é na linguagem que estão documentadas a ocupação indígena e a colo-

nização europeia e que é no léxico de uma língua natural que está retratada a herança dos signos recebidos.

Segundo Santos (2006, p.130),

(...) os diferentes interlocutores, como membros de uma determinada comunidade linguística, quer como falantes, quer como ouvintes, recorrem à memória de sua comunidade e dela fazem uso, na interação, para produzir atos de fala e interpretá-los a todo instante. (...) Como elemento integrante de uma língua, o léxico se atualiza a partir da combinatória da seleção dos fatos da memória coletiva com os diferentes modos de apreensão do mundo, variando de comunidade a comunidade.

Na região estudada, convivem então, as duas lexias, uma herdada dos povos indígenas e outra, do português colonizador nomeando o mesmo objeto.

A LEXICOLOGIA E A GEOLINGUÍSTICA: O REGISTRO E O MÉTODO DE RECOLHA DE DADOS

Ezquerria (1996), diz que, assim como a Lexicografia busca na Dialetoлогия informações para dar subsídios à sua prática, a Dialetoлогия pauta-se em dados lexicográficos para comprovar os seus dados.

Dessa forma, e, com a intenção de focalizar a importância das contribuições dos trabalhos de cunho geolinguístico para a prática lexicográfica e vice-versa, fomos buscar em alguns dicionários os registros comprobatórios da origem das lexias fuligem – tema sugerido pelo ALiB e picumã – de maior número de ocorrências.

A lexia fuligem provém do latim *fuligo, inis* e, segundo Torrinha (1939), autor português, significa depósito negro, oleoso, que a fumaça deposita nas chaminés e nas paredes das cozinhas. No próprio latim derivaram-se os seguintes adjetivos:

- *fuliginatus*, que quer dizer fuliginoso, enegrecido;
- *fuliginous*, da cor da fuligem;
- *fuliginosus*, coberto de fuligem.

No Dicionário Etimológico, de Cunha (1999), autor brasileiro, encontramos fuligem como fumo espesso. Proveniente do latim *fuligo, inis*.

Para a Língua portuguesa do Brasil vieram as derivações: o verbo esfulinhar 1881; o substantivo fuliginosidade 1858 e o adjetivo fuliginoso, século XVII.

O dicionário supracitado traz também: picumã como fuligem, negro de fumo – século XIX e acrescenta: do tupi *apeku'ma*.

Costa (1960) traz picumã ou pucumã como fuligem, taticumã.

Em Ferreira (1999), buscamos taticumã, e encontramos que se trata de um sinônimo de picumã, com a variação pucumã.

A lexia picumã refere-se também à teia de aranha enegrecida pela fuligem, conforme podemos observar nas ilustrações literárias abaixo:

“Na cozinha, negra de **fuligem**, cheia de **picumã**, sobre pedras, no chão, estava uma panela de barro” (Coelho Neto, 1927, p. 311)

“O teto, de telha vã, com as vigas **fuliginosas**, como carbonizadas, estava colgado de flocos negros de **picumã**”. (Coelho Neto, 1958, p. 197).

“A calíça das paredes lasca-se enegrecida, suja de **fuligem**, com pingentes de **picumã**” (Barroso, 1930, p. 193).

Concordamos com Bidermann (1984), quando ela afirma que os dicionários são o depósito da memória por excelência. São objetos culturais, espelhos onde os membros de uma comunidade se reconhecem como nativos e como participantes de uma cultura. E, integrados a essa cultura, testemunham uma civilização, refletem o conhecimento e o saber linguístico e cultural de um povo num determinado momento da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos que, é no léxico das comunidades linguísticas que ficam documentados os diversos encontros entre povos e culturas, estamos concordando com Sapir (1921) que afirma que, diante do vocabulário de uma língua de determinada comunidade, podemos ter uma visão relativamente fiel da cultura ali existente.

Embora os Tupiniquins e os Tupinambás tenham sido dizimados pelos colonizadores, naquela região ainda continuam vivos, registrando os fatos linguísticos herdados dos seus antepassados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SABER, A. N. & BESNARD, W. Sambaquis da região lagunar de Cananeia. **In:** *Boletim do Instituto Oceanográfico*, São Paulo, nº 4, 1953, p. 215-230.

BARROSO, G. *Terra de sol*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BIDERMANN, M. T. O dicionário padrão da língua. **In:** *Alfa*, Revista de Linguística. São Paulo, nº 28, 1984, p. 27-43.

COELHO NETO. *Obra seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1958.

———. *Treva*. Porto: Léllo e Irmão, 1927.

COSTA, A. *Dicionário geral de sinônimos e locuções da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Biblioteca Luso-brasileira, 1960.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Ilhas e sociedades insulares*. São Paulo: NUPAUB – USP, 1997.

ESQUERRA, M. A. Dialectología y lexicografía. **In:** ALVAR, M. *Manual de dialectología hispánica: el español de España*. Barcelona: Ariel, 1996.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: Dicionário da língua portuguesa*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MULLER, C. *Initiation a la statistique linguistique*. Paris: Larousse, 1968.

———. *Principes et Methods de Statistique Lexicale*. Paris: Hachette, 1977.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1952.

POTTIER, B. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, [1978].

———. *Linguística geral: teoria e descrição*. Tradução de W. Macedo. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

SANTOS, I.P. Memória e geolinguística: o questionário semântico-lexical. In: *Cadernos do CNFL*, vol. X, nº 14, 2006.

SAPIR, E. *Language*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Company, 1921.

TORRINHA, F. *Dicionário português-latino*. 2ª ed. Porto: Domingos Barreira, 1939.

**A CONTRIBUIÇÃO
DOS ESTUDOS SOCIOGEOLINGUÍSTICOS
PARA A ESCOLHA LEXICAL NA RECEPÇÃO E PRODUÇÃO
DE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS**

Adriana Cristina Cristianini (USP, UNIBAN)

dricris@usp.br

Márcia Regina Teixeira da Encarnação (USP)

maregi@usp.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi-se o tempo em que acreditávamos que bastava saber ler e escrever, falar e ouvir. Já ficou claro que é necessário mais que isso. É necessário dominar a linguagem para participarmos ativamente da vida da família, do bairro, da cidade, do país.

Tal afirmação torna-se explícita e documentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN –, que se constitui em referência para discussões curriculares e revisão e/ou elaboração de propostas didáticas para o ensino e que, como objetivo primeiro, prevê a formação do cidadão.

Cabe ressaltar que ser cidadão é ter condições de participar social e politicamente, exercendo direitos e deveres, adotando atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. Para tanto, faz-se imprescindível que o indivíduo reconheça-se capaz de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais.

Posicionar-se de maneira adequada exige, acima de tudo, um domínio da linguagem que permita ao indivíduo escolher as palavras certas para cada tipo de discurso, de objetivo, de pessoa, de contexto, de assunto etc.

Além disso, o conhecimento e o respeito à diversidade cultural/linguística abrigam o segredo para o desenvolvimento dos atributos necessários para que, realmente, o indivíduo possa desempenhar plenamente sua cidadania.

A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E O ENSINO DA LÍNGUA

Quando falamos, aqui, em diversidade, obviamente não nos esquecemos de que há uma multiplicidade de facetas a serem analisadas. Entretanto, é na Linguística que vamos buscar a identidade de cada indivíduo, de cada comunidade, de cada grupo social etc.

A Dialetoлогия e a Sociolinguística têm buscado, com muito empenho, descrever e analisar as normas e as variações linguísticas em grupos específicos.

Muitas são as contribuições para o ensino de língua, materna ou não, que podemos observar como fruto de estudos dessas áreas da Linguística.

Possenti (1996, p. 17) afirma que “o papel da escola é ensinar o português padrão”, desde que se desmistifique algumas crenças a respeito do que é uma língua: não há língua homogênea, não há língua uniforme, todos os que falam sabem falar, não se deve ensinar aquilo que os falantes já sabem etc.

Marcuschi (1998, p. 137-156), ao discutir os parâmetros curriculares, diz que é necessária, por parte da escola, maior atenção à língua falada, no que se refere à variação linguística:

1. A língua não é um sistema autônomo, nem se esgota no código linguístico, [...] é um fenômeno cultural e histórico fundado numa atividade social e cognitiva que varia com o tempo de acordo com os falantes[...];
2. A escola tem a missão de ensinar a escrita padrão [...] para o uso no dia-a-dia [...];
3. [...] a criança já sabe falar quando entra na escola [...] respeitar a fala do aluno é ter sensibilidade para sua realidade [...] é bom fazer ver a ele que existem muitas formas de falar[...];
4. Todos os dialetos/variedades são igualmente respeitáveis [...] O aluno vai à escola para ampliar os seus conhecimentos, inclusive, o conhecimento linguístico [...] O correto é respeitar a fala do aluno e, ao mesmo tempo, fazê-lo saber que há uma fala diferente da sua [...];
5. A língua é heterogênea, multiforme e mutável [...];
6. A variação linguística conduz a mudanças e permite a vigência de várias normas ao mesmo tempo [...];

7. O uso da língua se dá no discurso realizado em textos [...]. Seu trabalho deveria dar-se na análise da produção discursiva [...];

8. A aprendizagem de normas e regras gramaticais não é prioritária [...].

9. [...] Em suma: Não se “ensina” a língua. Ensinam-se os usos da língua.

Muitos outros linguistas caminham nesta mesma perspectiva de Marcuschi, implantando novas ideias no ensino da língua.

Um dos aspectos fundamentais e que deve ser urgentemente incluído na formação de professores é a conscientização de que o ensino da variedade padrão deve também incluir o conhecimento da fala do aluno com todas suas variantes e da fala da comunidade em que o professor está atuando. Isso irá deixar de lado o antigo preconceito de que o aluno fala “errado”.

O professor deve conceber a língua portuguesa como uma realidade heterogênea, cuja variação no espaço geográfico e na ordem social está relacionada à história da colonização e aos valores culturais e ideológicos da região em que está sendo empregada.

A SOCIOGEOQUÍSTICA E A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOCIOGEOQUÍSTICOS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

O termo Sociogeolinguística surge, no florescer do século XXI (em 2004), empregado inicialmente pelo Grupo de Pesquisa em Dialetoлогия e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG/USP – para designar os estudos geolinguísticos que consideram fatores tanto geográficos quanto sociais para coleta, registro e análise de dados linguísticos.

Os estudos sociogeolinguísticos são imprescindíveis àqueles que estão envolvidos no processo educacional e comunicacional, pois buscam conhecer e registrar os diversos falares regionais vinculados a fatores sociais. Visam a um conhecimento mais específico das variações linguísticas e a uma aproximação com os integrantes dos variados grupos sociais para, com eles, estabelecer um diálogo, uma interação, ou apenas compreender melhor a causa dessas dife-

renças, resultantes de operações de forças sociais, envolvendo grupos étnicos, religiosos, educacionais, econômicos e outros.

Estudos atuais de Sociogeolinguística priorizam os fenômenos de variação diatópica em confluência com variáveis sociais, tal qual faixa etária, gênero e grau de escolaridade.

Essas variáveis são determinadas na seleção dos sujeitos que respondem a um questionário para que se formem bancos de dados que são quantificados. Seus resultados são apresentados em quadros, tabelas, gráficos e, finalmente, em cartogramas linguísticos. O conjunto de cartogramas linguísticos de determinado local constitui-se no atlas linguístico da região estudada, concretizando-se um retrato do falar do grupo determinado em uma região específica.

No Brasil, os estudos sociogeolinguísticos têm permitido que se obtenha um considerável volume de dados a serem utilizados por estudiosos da Lexicologia e Lexicografia, gramáticos, autores de livros didáticos e professores para aprimoramento de seus conhecimentos dentro da realidade linguística das variações que revestem o falar do Português Brasileiro (PB).

O estudo sociogeolinguístico evidencia que, apesar de dotada de unidade sistêmica, a língua portuguesa no Brasil, como instrumento social de comunicação, possui várias normas de uso.

A análise do vocabulário de um grupo humano, especialmente num recorte regional, proporciona a recolha de formas linguísticas que denotam as influências socioculturais sofridas por esse grupo. Assim, podemos falar da força criadora da linguagem que, por vezes, atravessa fronteiras e infiltra-se, de forma sutil, em culturas e sociedades diversas.

Podemos observar, ainda, que os estudos sociogeolinguísticos contribuem para que se tenha embasamento teórico que facilitem o cumprimento das diretrizes para a educação básica no que diz respeito à diversidade cultural e linguística do nosso País.

A Sociogeolinguística ocupa-se das variações de aspectos fonético-fonológicas, semântico-lexicais, morfossintáticas e pragmáticas.

A ESCOLHA LEXICAL NA RECEPÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS ORAIS E ESCRITOS

O presente trabalho enfatiza as variações diatópicas de aspecto semântico-lexical, considerando as variáveis sociais citadas acima.

É certo que uma das dificuldades enfrentadas pelos alunos ao aprender o uso da língua é compreender a diferença entre as variedades da fala. Não menos difícil é ensinar a escrita e suas adequações quanto aos gêneros, tarefa esta enfrentada pelo professor de língua portuguesa e de redação.

Trabalhos que resultam em atlas linguísticos oferecem um cabedal de conhecimentos aos professores e aos alunos que podem, dentre outras funções, ser empregados em diferentes contextos e gêneros discursivos.

Desde a seleção de textos – unidade básica do ensino de Língua Portuguesa – por parte dos professores, até a produção de textos por parte dos alunos, temos escolhas vinculadas à questão lexical.

Segundo os PCN (1998), para que se desenvolva a sequencição dos conteúdos a serem ensinados aos alunos, deve-se considerar – para definir o grau de dificuldade posto para o aluno, ao se relacionar com os diversos aspectos do conhecimento discursivo e linguístico nas práticas de recepção e produção de linguagem – a seleção lexical (maior ou menor presença de vocábulos de uso comum, maior ou menor presença de termos técnicos, por exemplo).

Segundo os PCN, o estudo do léxico permite que os alunos ampliem suas opções de dizer e, ainda, reflitam sobre a construção dos seus próprios textos e sobre os textos dos outros.

Além disso, os professores de língua portuguesa devem promover a ampliação do repertório lexical do aluno pelo acréscimo de novas palavras de modo a permitir que o educando tenha conhecimento das várias possibilidades que existem. É essencial que os professores deixem claro a seus alunos e à comunidade escolar que é natural, em todas as línguas, o fenômeno da variação e da mudança.

Somente com tal conscientização será possível que o aluno possa observar a língua em uso, como sugere os PCN (1998), de ma-

neira a dar conta da variação intrínseca ao processo linguístico, considerando, entre outros:

- os fatores geográficos (variedades regionais, variedades urbanas e rurais), históricos (linguagem do passado e do presente), sociológicos (gênero, gerações, classe social), técnicos (diferentes domínios da ciência e da tecnologia);
- as diferenças entre os padrões da linguagem oral e os padrões da linguagem escrita;
- a seleção de registros em função da situação interlocutiva (formal, informal);
- os diferentes componentes do sistema linguístico em que a variação se manifesta: na fonética (diferentes pronúncias), no léxico (diferentes empregos de palavras), na morfologia (variantes e reduções no sistema flexional e derivacional), na sintaxe (estruturação das sentenças e concordância).

Certamente, há de se considerar a comparação dos fenômenos linguísticos observados na fala e na escrita nas diferentes variedades.

No que tange à recepção de textos, considerando que pode ocorrer uma densidade lexical em universos específicos, muitas vezes a carga de sentidos novos atribuídos a determinadas lexias supera a capacidade do receptor de processá-las e assimilá-las.

O domínio de amplo vocabulário é um atributo fundamental a um leitor proficiente. A escola deve, portanto, propiciar ao aluno situações didáticas que permitam a aprendizagem de novas palavras e, assim, desenvolva também o discernimento para empregá-las de maneira adequada às respectivas situações em suas produções textuais.

Diversas são as atividades que podem ser desenvolvidas pelos professores, com seus alunos, em sala de aula e fora dela.

Ilari (2005) propõe uma série de pontos que podem, inclusive, direcionar o professor na elaboração dessas atividades que possibilitam ao aluno desenvolver seu conhecimento quanto à organização das palavras em conjuntos estruturados, de modo a relacioná-las a um determinado tema, gênero, como a outros possíveis elementos de um texto. Dessa forma, desenvolve-se a capacidade de projetar, a partir do elemento lexical, a estrutura associada a seu sentido e promove-se uma reflexão quanto ao emprego adequado de palavras li-

mitadas a certas condições histórico-sociais (regionalismos, estrangeirismos, arcaísmos, neologismos, jargões, gírias).

Os dados apresentados pelos estudos sociogeolinguísticos também podem propiciar material para que o professor desenvolva atividades que direcionem os alunos a, por exemplo: elaboração de glossários; consultar dicionários na busca de antônimos e sinônimos/parassinônimos; identificar palavras-chave em um grupo de termos derivados; identificar questões de ambiguidade; verificar as possibilidades de usos de hipônimos e hiperônimos; reunir lexias em áreas semânticas; reconhecer os processos de derivação; trabalhar com a elaboração de definições; “brincar” com o jogo de sentidos que podemos obter com as diferentes escolhas lexicais.

É essencial, sobretudo, que se tenha em mente que o aprendizado de novas palavras, inclusive de sua forma gráfica, não se esgota nunca. A cada dia tomamos posse de uma nova possibilidade de uso linguístico. Diante disso, mais importante que desenvolver atividades pontuais sobre determinados usos lexicais, é fazer uma opção que leve a um trabalho regular e frequente e que a aprendizagem do léxico esteja vinculada ao universo temático dos textos selecionados para a leitura, não deixando de enfatizar o emprego das lexias assimiladas nas produções textuais de forma a contemplar os diferentes gêneros discursivos e suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável que os professores que conhecem a diversidade da língua e, concomitantemente se dedicam à investigação e à descrição de fatos linguísticos são capazes de ensinar a variedade padrão de uma forma menos complicada e muito mais prazerosa, pois acrescentam durante todo o tempo de criação, as contribuições do aluno e do meio social em que vivem e com o qual interagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quatro ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

———. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ILARI, R. *A Linguística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

———. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCUSCHI, L. A. Novas teses para uma reflexão sobre a valorização da fala no ensino de língua. *Revista da ANPOLL*. Vol. 4, jan./jul. 1998, p. 147-156.

———. Perspectivas no ensino de Língua Portuguesa nas trilhas dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **In:** BASTOS, N. B. (org.). *Língua portuguesa em caleidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

NOTAS SOBRE O VERBO ‘TOMAR’ COMO VERBO-SUPORTE NO PORTUGUÊS ARCAICO

Maria Regina Pante (UEM)
mrpante@uem.br e mrpante@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os verbos-suporte, também conhecidos como verbos leves, verbos funcionais ou verbalizadores, têm esse nome porque “suportam” as categorias de modo, de tempo, de número e de pessoa. Neves (1996), em pesquisa com *corpora* do português contemporâneo, define esses verbos como “verbos semanticamente vazios que permitem construir um SN com V-n em relação de paráfrase com um SV.”

Segundo a autora, essa relação de paráfrase entre o verbo em construções de suporte e o verbo pleno não é uma condição imprescindível para definir esse tipo de verbo, visto que “não se pode desconhecer que há construções desse tipo que não possuem correlatos semânticos constituídos por verbos simples.” (1996, p. 202). Em vista disso, ela estende essa definição e esclarece que esses verbos “são bastante esvaziados do ponto de vista semântico e formam com o seu complemento (objeto direto) um significado global, geralmente correspondente ao que tem outro verbo da língua” (Neves, 2000, p. 53).

O verbo-suporte apresenta conteúdo semântico tênue ou quase nulo e mantém suas propriedades gramaticais de flexão e de concordância. O nome que o acompanha, por sua vez, deixa de funcionar como objeto direto, passa a particularizar o significado e forma um predicado complexo, funcionando como predicante, orientando um evento ou classificando um referente. Para Neves (2006, p. 63), “fica evidente um molde morfossintático bem definido (em que os elementos básicos são um verbo leve e um nome abstrato com responsabilidade na determinação dos papéis semânticos dos argumentos), o qual permanece aberto a um preenchimento extremamente variado”.

Em vários casos, o verbo-suporte admite uma qualificação que não seria possível com verbos plenos, pois o verbo-suporte requer um complemento em forma de SN que admite ser qualificado

diferentemente do SV. Para concluir, Neves (2000, p. 53) aponta que a substituição de um verbo pleno pelo verbo-suporte permite uma maior versatilidade semântica, ou seja, é possível, com seu emprego, a adjetivação do nome complemento do verbo-suporte, ora qualificando-o (*tomar atitudes autoritárias*, em vez de *agir autoritariamente*), ora classificando-o (*dar a opinião pessoal*, em vez de *opinar pessoalmente*), entre outros efeitos. Acrescente-se a isso o fato de o verbo-suporte permitir a detransitivização do verbo pleno, prescindindo-o de seus argumentos.

Além dessa autora, outros pesquisadores se voltam para as construções com verbo-suporte no português brasileiro, como Vieira (2001) e Scher (2004). No francês, destacam-se Chaurand (1983) e Giry-Schneider (s/d). Apesar disso, não são muitas as pesquisas realizadas com *corpora* recuados. Chacoto (1997) e Ranchhod (s/d) pesquisaram *corpora* medievais da língua portuguesa, buscando objetivos semelhantes: abordagem de verbos-suporte na fase arcaica da língua. Mattos e Silva (2002), em análise de obras de João de Barros, descreveu o emprego variável dos verbos *ter* e *haver* em estruturas que expressavam noção de posse no português do século XVI. Como se vê, são pesquisas pioneiras que envolvem documentos de sincronias recuadas do português.

João de Barros (1971[1940]), a propósito do verbo *haver*, faz o seguinte comentário:

Temos mais este verbo [h]ei, [h]ás que é de genero diverso pelo officio que tem. Quando se ajunta com nome soprimos muitos verbos da língua latina que a nossa não tem: [h]ei vergonha, [h]ei medo, [h]ei frio e outros muitos significados que tem quando ô ajuntamos a nomes substantivos desta calidade.” O gramático daria a esses verbos o nome de “verbos neutros”.

Barreto (1924), por sua vez, menciona a existência de “verbos conglomerados”, ou seja, verbos formados pela junção de um verbo e um acusativo especial.

Ranchhod (s/d) alega que pesquisas em fases recuadas da língua portuguesa permitem confirmar que essas construções com verbo-suporte “fazem parte do património sintáctico do português”. A autora acrescenta que as diferenças entre o português arcaico e o atual, principalmente no que tange à ordem dos constituintes (SN anteposto ao verbo-suporte), à intercalação de elementos entre os consti-

tuintes desse tipo de construção e as diferenças no inventário dos verbos plenos e respectivas construções-suporte não distanciam essas construções daquelas registradas na fase atual do português.

Em vista dessa escassez de trabalhos com verbos-suporte no português arcaico, esta pesquisa visa à ampliação dos estudos desses tipos de construção para as pesquisas em descrição linguística em uma perspectiva diacrônica.

CORPORA E ANÁLISE DOS DADOS

Utilizamos, para esta análise, ocorrências retiradas da *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses* (CDPM - XV) e da *Cronica de el-rei D. Pedro I* (CDP - XIX). Escolhemos essas duas diacronias para verificarmos se a frequência do verbo tomar nessas construções sofreu um decréscimo, como atesta Chacoto (s/d, p. 76), “‘Tomar’ ainda hoje ocorre como verbo-suporte em construções como ‘tomar uma bebida’, equivalente a ‘beber’, mas o seu parece menos frequente.”

Retomando as características básicas dos verbos-suporte no português contemporâneo, eles não impõem restrições de seleção, têm valor semântico esvaziado, carregam, morfológicamente, as marcas da flexão verbal, permitem maior versatilidade semântica e a redução da valência verbal (detransitivização), ou seja, é possível omitir os argumentos do verbo nas situações em que este os requer quando pleno.

Devido à brevidade deste artigo, selecionamos apenas algumas ocorrências que apresentavam, na mesma obra, verbos plenos correspondentes, ou seja, descartamos as ocorrências de predicados nominais autônomos. Um exemplo desse tipo de predicado, encontrado em outra obra, é *tomar sono*, para o qual não há, pelo menos nas obras consultadas, correlato semântico constituído por verbos simples. Há, todavia, como atesta Neves (1996, p. 202), a correlação semântica com outro(s) verbo(s) na língua, já naquela fase, como *adormecer* e *dormir*, ambos registrados na obra em que encontramos *tomar sono*.

Em alguns casos, quando o nome predicativo está ligado morfológica e semanticamente ao verbo pleno e essas duas construções se equivalem sintaticamente, temos um nome deverbal como núcleo da predicação (V - n) e constrói-se uma relação de nominalização entre V-n e verbo pleno (ex.: *fazer relaxamento - relaxar*), processo extremamente produtivo para a ampliação do léxico.

Assim, nos *corpora*, a construção *tomar vingança* em (1) apresenta o nome predicativo *vingança* (em relação de nominalização), qualificado pelo sintagma *aquella crua*,

(1) E vyram **tomar** aquella crua **vingança**... (CDPM)

cuja construção com o respectivo verbo pleno não permite essa determinação: *E vyram vingar-se cruamente*, pois o escopo de incidência deixa de ser o nome para ser o verbo, além do emprego do pronome anafórico *aquella*, que retoma claramente algo anteriormente mencionado.

Em (2), a construção correspondente com o verbo pleno *vingar* traz o verbo seguido imediatamente pelo seu argumento:

(2) ...nunca çessou de trabalhar por **vingar** a morte daquele que ho gerou... (CDPM)

Da mesma forma, a construção *tomar ousio* em (3):

(3) ...vede como nos vem afastando pouco e pouco d'açerca da cidade E **tomando** tamanho **ousyo** como vedes... (CDPM)

é determinada pelo adjetivo *tamanho*, o que não seria possível se a construção fosse *E ousando como vedes*....

(4) ...estes danados não ham-de **ousar** de se vyr meter amtre nos... (CDPM)

(5) ...os mouros rreçearao e non **ousaram** chegar a cidade... (CDPM)

Outros exemplos são as construções *tomar temor* e *tomar receio*, em CDPM, e *tomar medo*, em CDP, todas com verbos plenos correspondentes:

(6) ... Amigos, jaa me parece que nos nossos ymigos vão **tomando** **temor**. (CDPM)

(7) ...**temeo** que porventura estevessem outros mouros emcubertos... (CDPM)

(8) ...caa se poseran en haz e começaram de tyrar, de de os mouros tomaran rreço. (CDPM)

(9) ...porque rreçarão o que he de temer... (CDPM)

(10) ...nem rreçeva de dar hũ mouro de grande rredymção por hũ muito pobre cristão... (CDPM)

(11) E soube-o Leonor Nunez, e tomou mui grão medo. (CDP)

(12) Dês que me este homem deu uma punhada e me depennou a barba, sempre me temi d'elle... (CDP)

Em (6), ocorre a redução da valência verbal, pois, com o verbo pleno, não é possível omitir o argumento do verbo: *Amigos, jaa me parece que nos nossos ymigo vão temendo*.

Em (8), a substituição pelo verbo pleno *recear* exige um objeto direto como argumento do verbo; o nome *receio*, por sua vez, requer um complemento nominal, ou seja, a exemplo do que ocorre no português contemporâneo, na construção com verbo-suporte o nome predicativo passa a determinar os papéis semânticos dos argumentos.

Em (11), assim como em (6), a construção particulariza o significado da construção e adjetiva o nome complemento do verbo-suporte: *tomou mui grão medo*, fato que não é possível com o verbo pleno: *E soube-o Leonor Nunez, e temi*.

O cotejo entre as construções com verbo-suporte e as demais com verbos plenos vislumbra o que hoje ocorre com o português: a possibilidade de caracterização aspectual com o verbo-suporte. De fato, segundo Ranchhod (s/d),

Vários verbos (...) quando combinados com um nome predicativo, perdem as suas propriedades distribucionais para adquirirem o estatuto de variantes aspectuais e estilísticas dos verbos-suportes elementares (...).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das ocorrências do verbo *tomar* como verbo-suporte em apenas duas crônicas pertencentes aos séculos XV e XIX permitiu-nos atestar que essas construções a) eram frequentes na fase arcaica do português, mas sofreram um decréscimo nos séculos posteriores; b) já eram usadas, como hoje, para qualificar o nome predicativo, detransitivar o verbo e dar um matiz aspectual ao evento.

Confirmou, também, a existência de um modelo morfossintático bem definido ($V_{\text{sup}} + N$), o qual, muitas vezes, está em relação de nominalização com um verbo pleno, o que confirma, também, que se trata de uma construção geradora de nominalizações, processo extremamente enriquecedor para o léxico da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Edição de Maria Leonor Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras.

CHACOTO, L. Predicados nominais com o *fazer* no português medieval. In: *ACTAS do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga-Guimarães, 1996, p. 69-77.

GIRY-SCHNEIDER. J. *Le noms construits avec faire: compléments ou prédicats?* Disponível em [www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_00238368_1986_num_69_1_6362?](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lfr_00238368_1986_num_69_1_6362?Prescripts_Search_isPortletOuvrage=false) Prescripts Search isPortletOuvrage=false. Acesso em 10/10/07.

NEVES, M. H. M. Estudo das construções com verbo-suporte em português. In: KOCK, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado VI: Desenvolvimentos*. Campinas: Unicamp, Fapesp, 1996, p. 201-231.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHER, A. P. *As construções com o verbo leve dar e nominalizações em -ADA no português do Brasil*. Campinas: Instituto de Estudos de Linguagem, Unicamp, 2004 (Tese de Doutorado).

RANCHHOD, E. M. Construções com nomes predicativos na Crônica Geral de Espanha de 1344. Disponível em <http://label.ist.utl.pt/publications/docs/Cintra.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2008.

VIEIRA, M. dos S. Estruturas com verbos funcionais em textos jornalísticos brasileiros e portugueses. *Anais do 4º encontro do CelSul*. Curitiba: 2001, p. 583-590.

VIEIRA, M. dos S. *Sintaxe e semântica de predicções com verbo fazer*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 362 fl. Mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 2001.

**O BRASIL OITOCENTISTA SOB O OLHAR
DE HIPÓLITO DA COSTA:
*O CORREIO BRAZILIENSE (1808- 1822)***

Ana Paula dos Santos Monteiro (UFRJ)

**O primeiro dever de um homem em sociedade
he ser util aos membros della. (...)**

**Ninguem mais util pois do que aquelle que se
destina a mostrar, com evidencia, os aconteci-
mentos do presente, e desenvolver as sombras
do fucturo.**

Correio Braziliense, junho de 1808, Introducção

Durante o século XIX, os jornais constituíam o principal meio de comunicação impresso no Brasil. As notícias eram propagadas entre todos, tanto entre os que sabiam ler como entre os que não sabiam. Segundo Barbosa,

Na história social da escrita no Brasil, os periódicos passaram, assim, a ser os principais meios de difusão dos valores e usos da cultura letrada. (...) Em um império Sul-Americano de poucos livros, de imenso número de alfabetizados no âmbito particular, os jornais e os demais periódicos foram os verdadeiros espaços de difusão dos modelos de pensamento e opinião dos grupos.

Constituíam-se, muitas vezes, como um meio de propagação de ideias políticas, e dessa maneira, eram formadores de opiniões. Segundo Terrou & Albert:

De todos os objetivos da pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo.

O primeiro periódico escrito por um brasileiro para leitores brasileiros era escrito em Londres e remetido clandestinamente para a maior colônia portuguesa. Através do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa, seu único editor, utilizava-se de diferentes estratégias argumentativas na construção de uma análise crítica sobre a situação política das Américas. O *Correio Braziliense* era publicado no exterior, dado a censura vigente no Brasil nos primeiros anos do século

XIX. Entretanto, segundo Sodré, “o que lhe dava caráter nacional era a estreita ligação com as condições internas em que procuravam influir; a impressão no exterior era circunstância”. Sodré classifica o jornal de Hipólito como um jornal “do tipo doutrinário e não do tipo noticioso”, “como ângulo externo de ver o Brasil, perspectiva externa”. Hipólito, por conta de sua cadeia de relações sociais, vislumbrava um panorama político da Europa e das Américas de modo mais amplo dos que não sabiam (por força política colonial) do que se passava fora. O *Correio Braziliense* destinava-se a formar e conquistar opiniões e reunia questões principalmente sobre Brasil, Portugal e Inglaterra.

Apesar de nos encontrarmos em uma fase preliminar de levantamento, o objetivo deste trabalho é compreender como formas de argumentação se articulam no jornal. Dessa maneira, esse estudo pretende contribuir para um melhor entendimento de como era conduzida, no Brasil, a formação de opiniões a respeito de um movimento pró-independência. Esse estudo contribui para o Projeto “*Para uma História do Português do Brasil*”, o qual se pode ver disponível no site www.lettras.ufrj.br/phpb-rj e que conta com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Serão apresentadas as mudanças do modo argumentativo que possuem ligação direta com as mudanças ocorridas na situação política brasileira, no período que compreende os anos de 1808 a 1822, anos em que o *Correio Braziliense* foi publicado. A hipótese inicial do trabalho visa mostrar que Hipólito da Costa mudou suas estratégias a cada década de existência do jornal. Dois momentos históricos serão destacados: o Brasil como colônia portuguesa e o Brasil pós-independência. Para atingirmos tal objetivo, analisaremos o periódico em três anos distintos: 1808, 1815 e 1822.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

1808 – O Brasil como colônia de Portugal

Já na primeira edição do *Correio Braziliense*, é definida a função do jornal, de acordo com seu redator. A introdução do primeiro número revela “a finalidade moralizadora e não modificadora,

ética e não revolucionária” (Cf. Sodré, p. 27). O *Correio Braziliense* era publicado em forma de livro e dessa forma, seu objetivo concentrava-se mais em conscientizar os leitores da necessidade de mudança do que simplesmente divulgar as notícias. Entretanto, Hipólito não era a favor de uma ruptura radical, embora acreditasse que a independência seria inevitável.

Em 1808, a família real portuguesa transfere-se para o Brasil, com o objetivo de fugir do ataque das tropas napoleônicas, por ter desobedecido ao Bloqueio Continental, que impedia que nações europeias comercializassem com a Inglaterra. Hipólito da Costa não faz questão de esconder sua posição antibonapartista:

A França, pelo desejo de vingar-se da Inglaterra, a quem não pode directamente morder, vai arruinar de todo, e por todo, o reyno de Portugal, fazendo aos Inglezes, o insignificante mal de que não possam vender, nesse paiz, huma duzia de canivetes. [...] A Inglaterra soffre, com éstas medidas violentas do Governo Francez, porém as mais naçoens arruinam-se inteiramente. (CB, junho de 1808, p. 46)

Sua opinião fica claramente demonstrada na análise de um folheto francês, feita na seção de *Literatura & Sciencias*, em junho de 1808. Segundo o próprio redator, o folheto se caracteriza por ser “*uma miseravel producção anonyma*”. Hipólito não hesita em revelar que a análise do folheto reflete sua opinião, já que por diversas vezes se utiliza da primeira pessoa do singular: “*Tenho porém de começar minha tarefa...*” (CB, junho de 1808, p.30);

...obriria contra meus sentimentos, se não declarasse altamente, que *conheço* muitas pessoas em Portugal...”; “Para explicar ésta *minha* proposição, *exemplificarei* com Portugal; pois este paiz, sendo o principal que o author do folheto se propõe a enganar, he tambem necessario, que seja principal, que *eu* me proponha a acautellar do engano. (CB, junho de 1808, p. 43].

Dentre os trechos nos quais Hipólito utiliza-se da ironia para desvalorizar os argumentos do folheto, podemos citar:

O author deste folheto tem cara para dizer, que a marinha Ingleza “posto constar com muitos navios, com tudo muitos estão incapazes de servir, e outros não tem maruja para se esquipar! *Salvo se o author ou authores deste folheto assentam , que 800 vasos em serviço actual he nada.* (CB, junho de 1808, p. 34];

Diz mas o folheto “Os Inglezes mesmo dizem tambem nas suas folhas publicas, todos os povos civilizados da Europa fecham os seus por-

tos, &C.” *He pena! Por isso aqui se não come nem bebe!*. (CB, junho de 1808, p. 39)

O redator do *Correio Braziliense* faz uso de outro método para persuadir o leitor de que as informações contidas no folheto francês, tal qual seu autor, não devem ser levadas em consideração: os sintagmas negativos colaboram com sentenças avaliativas para conduzir o leitor ao descrédito das ideias francesas presentes na obra em questão. Podemos citar alguns trechos nos quais podemos perceber claramente a intenção de diminuir a credibilidade do folheto francês:

Os erros que este paragrapho contem são *indisculpaveis* (adj); por-que as contas authenticas, que os Ministros Inglezes tem apresentado ao Parlamento sobre os artigos de que falla este paragrapho andam em todas as gazetas; assim, o ignorar isto, he estupidez *sem sahida* (loc. adj). (CB, junho de 1808, p. 32);

Depois do author haver assim balbuciado sobre o Commercio de Inglaterra, de que *he evidente não saber cousa alguma*, passa, *segundo ele nos diz...*(sent. avaliativa) (...) mas o author importa-lhe pouco com o methodo. (CB, junho de 1808, p. 46).

Há ainda trechos em que Hipólito tenta denegrir a imagem do autor francês, como em:

O folheto está tão cheio de erros de gramatica, que se eu reparasse nisso, não me ficava lugar para tratar da matéria. (CB, junho de 1808, p. 42); Copiei por inteiro este longo e tedioso paragrapho, para que o author se não queixe, que tão *interessante* [grifos do original] discurso apparecia truncado; alias pourparia ao leitor o trabalho de lêr semelhante rapsodia. (CB, junho de 1808, p. 47).

Logo, podemos perceber que as estratégias não são usadas de forma estanque umas das outras. Dessa forma, Hipólito não abandona a ironia nem as frases pejorativas quando insere em sua análise documentos oficiais da Inglaterra para dar crédito ao que diz, em detrimento do que foi dito anteriormente. Dentre estes trechos, podemos citar como exemplo os que se seguem:

... fato incontestável, que só o author deste folheto se atreve a contradizer, sem nos informar d’onde tirou sua autoridade;

Se o author quizer ser crido devia citar sua authoridade; a minha são, como dicto fica, as contas officiaes apresentadas á Camara dos Communs aos 8 de março. (CB, junho de 1808, p. 33);

O author faz somente uma asserção vaga, dizendo somente, que são faltos de raciocinios os que calculaõ que a Inglaterra possa tirar lucros do

commercio com as colonias. Mas a falta de raciocinio estaria em crer ésta sua proposição, sem que della se dem provas: eu mostrarei, pela minha parte, que o commercio Inglez com a America, Africa, e Asia he muito maior que o commercio Inglez com a Europa. Eis aqui a *conta official* das exportaçoes dos productos e manufacturas Inglezas... (CB, junho de 1808, p. 41).

1815 – O Congresso de Viena e suas consequências para Brasil e Portugal

Em agosto de 1815, na seção Miscellanea, vemos a maneira como Hipólito da Costa articula suas críticas ao governo português: apesar de usar sempre um tom sarcástico e irônico, não faz críticas tão duras como as que serão analisadas na fase posterior do jornal.

Naõ fazemos ésta comparaçõ das duas negociaçoens; para fazer a face vermelha ao Conde; porque elle naõ faz caso destas bagatellas; sua *alma grande he mui superior ao que póde dizer o Correio Braziliense...* (CB, agosto de 1815, p. 239).

O Conde em questão é o Conde de Funchal, que era representante português no Congresso de Viena. O artigo, intitulado “*Reflexoens sobre as novidades deste mez*”, faz uma análise sobre as atitudes políticas tomadas no Congresso e suas consequências para Portugal e Brasil. O artigo critica, principalmente, o fato de Portugal se deixar submeter à vontade das potências europeias maiores, como o Reino Unido, a França e a Rússia: “*Os plenipotenciarios portugueses trabalharam effcazmente em remediar a humiliaçã do character Portuguez, occasionada pelo Conde do Funchal, nas negociaçoens em Paris do anno passado*” (CB, agosto de 1815, p. 238)

As críticas a autoridades portuguesas não se resumem somente ao Conde de Funchal. O General Gomez Freire é criticado por não ter mandado tropas para a guerra contra a França, traindo, de certa forma, a Inglaterra. Insere-se um parágrafo que fora remetido ao editor da publicação inglesa “Star”, com o objetivo de defender a atitude do general. O Correio Braziliense posiciona-se desta maneira sobre o escrito: “*O paragrapho, que acabamos de copiar contem quasi tantas falsidades como sentenças. (...) Quanto ao General Gomez Freire, naõ diz aquelle paragrapho uma só palavra que verdade seja.*” (CB, agosto de 1815, p. 258). Hipólito não censura o fato de Portugal não ter enviado as tropas, mas, sim, questiona a aliança ce-

ga entre o príncipe regente português e o governo inglês: “*O que Portugal tem perdido em se alliar com sempre contra a França está patente; o que tem ganhado ainda o não vimos.*” (CB, agosto de 1815, p. 258). O que se põe em questão é a influência que os ingleses exercem sobre o governo português e como este se deixa dominar, sem mostrar qualquer resistência:

Perguntamos a estes cabeças esturradas, que assim pensam; se desejam que os Inglezes sejam os seus reformadores, e lhe façam todos os beneficios, em quanto os Portuguezes ou estão sentados com os braços encruzados, esperando que os bons bocados lhe cáiam do Ceo; ou estão fazendo humiliaçoens aos Inglezes para se conservarem em seus lugares, ou obterem outros. (CB, agosto de 1815, p. 260)

As ideias pregadas por Hipólito da Costa são constantemente repetidas durante toda a publicação do jornal, como a ideia da liberdade dos homens: “*Naõ valerá a pena de fazer alguma declaração a favor da liberdade natural dos brancos na Europa? – a liberdade da imprensa – a liberdade de discussão – a liberdade religiosa, &c.&c...*” (CB, agosto de 1815, p. 247).

Com o objetivo de mostrar que a independência era um projeto viável, os Estados Unidos eram o exemplo mais recorrente encontrado no periódico. Além da ironia, o sarcasmo era a tônica do discurso de Hipólito e foi utilizado para demonstrar o atraso do Brasil enquanto colônia:

Naõ haverá uma alma Christã na Corte do Rio-de-Janeiro, que lembre fazer algum ajuste com os Estados Unidos, para manter no Mediterraneo alguns navios de guerra Portuguezes, em vez de pagar tributos aos Mouros? Da alliança com os Estados Unidos, resultariam outros beneficios alem deste. Declarallos aqui seria fazellos inuteis. (CB, agosto de 1815, p. 248).

Outro aspecto interessante que se nota no jornal na publicação de agosto de 1815 é a fala do Ministro de Polícia da França. A fala relatada do Ministro em um documento oficial mostra a influência que os periódicos possuíam nessa época e como as autoridades se viam incomodadas com tamanha repercussão:

As operaçoens destes escriptos, de facto, são muito mais rapidas: em um instante chegam a mil leitores. Todo o seu povo as lê de graça nos lugares publicos; (...) Todos os dias nos enredam com os estrangeiros, e tornam a acender a desconfiança; elles desconcertam os generosos esfor-

ços que V. M. está fazendo para unir os espíritos, e curar as feridas do Estado. (CB, agosto de 1815, p. 189).

O Ministro francês sugere que os periódicos sejam submetidos a “*uma comissão de homens iluminados e moderados*” e o rei acata a ideia. (CB, Agosto de 1815, p. 189). A inserção do documento sobre a censura na França tinha por objetivo não só criticar a censura que era vigente no Brasil, mas defender a liberdade de imprensa. Os relatórios oficiais buscam causar a reflexão o leitor, uma vez que o próprio Ministro reconheceu a relevância dos periódicos para a formação de opiniões da população, muitas vezes, estimulando-a a questionar e analisar criticamente as decisões tomadas pelas autoridades.

1822 – O Brasil como nação independente

Nos períodos analisados, novembro e dezembro de 1822, podemos perceber apenas três meses após a independência do Brasil a mudança na condução dos argumentos feita por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Nessa fase, percebemos que as críticas são diretas aos governantes portugueses. Embora a ironia ainda se faça presente, podemos observar que não há subterfúgios por parte do redator do periódico para expressar suas opiniões.

Já no mês de novembro, podemos perceber o tom mais direto usado pelo redator do jornal para expressar suas opiniões. Visto que o Brasil havia se tornado um país independente, não era mais necessário fazer alusões a outras colônias e suas metrópoles para servir como metáfora da situação brasileira. Pela simples leitura, percebe-se que os adjetivos e expressões desmerecendo a Corte Portuguesa tornam-se muito mais presentes, tais quais os substantivos que contribuíam para formar opiniões contra as atitudes políticas de Portugal:

Ora se as Côrtes até aqui fingiram acreditar que a sua Constituição era agradável ao Brazil, tal *fingimento* se torna uma palpável *falsidade*, vistas essas expressas declarações dos Deputados Brazilienses; mas o *partido Anti-Brazilico* nas Côrtes estava determinado a saltar por cima de toda a evidencia, e continuar em seus *absurdos*. (CB, novembro de 1822, p. 478).

Observamos que no mês de dezembro, como já foi feito em outros anos, documentos oficiais asseguram confiabilidade às infor-

mações veiculadas. A primeira seção do mês de dezembro começa com a ata da aclamação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil. Na ata, lê-se que foi apresentada ao Imperador

...uma mensagem do povo desta provincia pelo Prezidente do Senado da Camara, que lhe dirigio a falla, mostrando que era vontade universal do povo desta Provincia, e de todas as outras, como se conhecia expressamente dos avizos de muitas Camaras de algumas dellas, sustentar a Independencia do Brazil, que o mesmo Senado, conformando-se com a opinião dominante tinha já declarado e acclamar o mesmo Senhor neste fausto dia Imperador Constitucional do Brazil... (CB, dezembro de 1808, p. 578).

A inserção de um documento oficial do governo confere mais credibilidade ao que está sendo dito, e, desta forma, deve acreditar que o movimento pela manutenção da independência deve ser levado a sério. Há também um decreto do Imperador, que ordena que as pessoas que não concordarem com o sistema de independência devem ser despejadas do país.

É interessante notar a relação dos textos na seção de Política deste mês do jornal, que reflete a maneira sutil como Hipólito da Costa dizia o que pretendia sem se comprometer. Primeiramente, são apresentados documentos do governo do Império que acaba de se formar, que corroboram a ideia de que a separação do Brasil de sua metrópole era inevitável; logo após vemos a fala do rei de Portugal, na qual se lê que “*A gloria dos Reys he inseparavel da felicidade de seus subditos, e aquelle, que preside a uma nação livre, he tam ditoso, quanto saõ infelizes aquelles, que impéram sobre escravos.*” (CB, dezembro de 1808, p. 585). De certa forma, esta fala também contribui para o pensamento de que a independência do Brasil foi a melhor saída, tanto para Portugal quanto para o Brasil. Há ainda, no final da seção, um balancete que parece estar fora de contexto. Entretanto, se o analisarmos em relação à notícia da ata que proclama D. Pedro como imperador do Brasil, podemos percebê-lo como estratégia para divulgar o Brasil como nação livre e independente, já que veicula os preços correntes dos principais produtos do Brasil no exterior.

Cabe ressaltar que é na seção Miscellanea que se pode notar maior discrepância em relação às estratégias argumentativas usadas antes da independência. O artigo de opinião intitulado “*Reflexoens sobre as novidades deste mez*” apresenta logo no começo, um subtí-

tulo irônico, muito característico do estilo de Hipólito: “*Reynos Desunidos do Brazil e Portugal*”. Nesse artigo, podemos observar que o redator do jornal não poupa críticas a Portugal e o faz de maneira muito direta, como por exemplo, através de adjetivos depreciativos para caracterizar a Corte Portuguesa e suas atitudes.

A opinião do jornal resume-se nas “*Reflexoens*”. Como já se havia lido anteriormente no jornal, a independência era um movimento inevitável que aconteceria independentemente da vontade de Portugal e de suas tentativas de recolonizar sua ex-colônia. Isso se deve porque, segundo o artigo,

...não é possível que soffressem por mais tempo ser tranquillos expectadores da guerra civil, com que se intentava incendiar o Brazil, debaixo do apparente e enganoso nome de confraternidade, e das palavras de igualdade de direitos, e com os factos, em opposição, tendentes a reduzir o Brasil a colonia de Portugal.

Também é criticada a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves:

As Cortes, com a mais contradictoria hypocrisia, pretendiam crer, que o povo do Brazil não desejava conservar ao seu paiz a cathogoria de Reyno, e ao mesmo tempo, que só tendia-se fazer independente; e neste sentido, continuáram as provocaçoens, e as expediçoens hostis, os decretos absurdos de proscriptçoens, e ordem de prisoeens, contra os cidadãos mais conspiciuos do Brazil...

Não há receio, por parte do redator, em demonstrar a reprovação pela Corte Portuguesa:

Chegou por fim o momento em que o povo Braziliense, desesperado pelo comportamento das Côrtes, que não prometia melhora nem offerecia signaes de arrependimento, conhecêo que a sua prosperidade, a sua segurança, e até mesmo sua existencia como Nação, só lhe podia provir da completa separação de Portugal.

Diferentemente das primeiras edições do periódico, nas quais se via o uso da primeira pessoa do singular, nessa fase do periódico, percebemos o uso quase que categórico da primeira pessoa do plural:

Temos pois o Brazil erigido em novo Imperio, e o seu Monarcha com o titulo de Imperador; e sem nos demorarmos sobre a formula escolhida, passaremos a considerar os effeitos reaes da independencia do Brazil, tanto no interior como no exterior [dezembro de 1822, p. 594];

Naõ *escrevemos* isto; porque julgemos que taes advertencias são necessarias ao Ministerio do Brazil: o Governo de S. M. I. mostra-se

bem convencido disto, pelas medidas, que *sabemos* ir adoptando; mas *julgamos* mui util...

O uso da forma do plural articula-se como estratégia argumentativa, uma vez que possui por objetivo atenuar a força da opinião do jornal. O uso da forma “*nós*” inclui o leitor, como se este compactuasse com os mesmos preceitos difundidos pelo jornal.

Hipólito da Costa apresenta alguns inconvenientes que podem surgir a partir da declaração da independência, mas, segundo o próprio, “*nenhum desses seria tam grande, como o mal de se conservarem os Brazilienses na incerteza de sua sorte política.*” [dezembro de 1822, p. 595].

Em outros artigos da mesma seção, é traçado um panorama da situação política dos países europeus, citando a Grécia como exemplo a ser seguido pelo Brasil:

... mas he para este paiz que desejamos que os Brazilienses olhem attentamente; he na Grecia actual que os Brazilienses acharão uma eschola de política, he ali que apprenderão a conhecer o estado moral dos Governos Europeos, he na Grecia que veráõ como n'um espelho o que o Brazil pode esperar da Politica Europea. (p. 602).

A Grécia é apenas um exemplo dos países que estavam combatendo ideias antigas com ideias modernas. É também citada a constituição inglesa como modelo de constituição a ser seguido.

O jornal também critica a tentativa de recolonização do Brasil:

A politica de Portugal, pelo que respeita o Brazil, continúa a ser constantemente absurda, esperançado ainda o Governo, e illudido igualmente o povo, com as ideias de reconquistar o Brazil, e fundando-se nas forças, que tem na Bahia, e na dominação, que ainda conserva no Maranhão e Pará. [...]até nas gazetas de Lisboa se tem publicado cartas, escriptas por Portuguezes, residentes naquelles paizes, que dizem haver no Maranhão *muitos patifes*. [Dezembro de 1822, p. 621].

Critica-se diretamente oficiais portugueses, como o general Madeira, que comandava a tentativa de recolonização na Bahia. Hipólito caracteriza-o como um “*déspota*” que tiraniza a Bahia. Também é criticada a atitude da Corte (“*Para se vêr o absurdo deste subterfugio das Côrtes...*”) em relação a um documento assinado pela população baiana contra as autoridades portuguesas

A Comissão recorreu ao misero e desprezível subterfugio de fingir, que não acreditava, que fossem authenticas as assignaturas das numerosas pessoas, que subescrevêram o documento; como se fosse necessario, que as assignaturas viessem reconhecidas pelo General Madeira... (CB, novembro de 1808, p.478)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada à análise do periódico em diferentes anos, podemos perceber que a hipótese inicial do trabalho se confirma, visto que tanto em 1808 como em 1815, Hipólito da Costa faz uso de críticas mais brandas e outros subterfúgios para poder dizer o que pretende sem se comprometer. Dentre tais subterfúgios, podemos destacar: o uso de ironia e sarcasmo; textos em que se lia sobre situações semelhantes as que eram vividas no Brasil em relação a Portugal, como a situação do México em relação à Espanha, por exemplo; documentos oficiais de colônias que haviam conquistado independência e prosperado, como os Estados Unidos, incitando o povo brasileiro a seguir seu exemplo.

Em 1822, percebemos uma mudança de estratégias argumentativas: críticas mais ásperas, já que o redator do *Correio Braziliense* não precisava mais dizer de forma velada o que pretendia, visto que o Brasil passava a ser um país livre; críticas e análises diretas sobre a relação Brasil x Portugal. As palavras de cunho negativo referiam-se a Portugal, sua política interna e seus políticos de forma muito direta, em contraponto a primeira fase do jornal, na qual não foram observadas críticas dirigidas diretamente a entidades portuguesas. As novas estratégias, entretanto, não excluíram as antigas, visto que podemos observar a ironia durante toda a publicação do periódico.

Dessa forma, podemos concluir que Hipólito da Costa buscou formar opiniões através de seu jornal desde 1808, embora nessa fase, o leitor fosse responsável por fazer as conexões necessárias para compreender a verdadeira mensagem, que estava subtendida. A partir de 1822, como o Brasil passou a ser um país independente, Hipólito não teria mais porque temer represálias, logo, pode expressar livremente sua opinião, sem precisar se utilizar de subterfúgios para atingir seu objetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MONTEIRO, Ana Paula & VIEIRA, Margareth. Os modelos de escrita oitocentista: O Correio Braziliense (1808 – 1822). Trabalho apresentado na XXIX Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ, 2007.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. Tratamento de Corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. **In:** LOPES, Célia Regina dos Santos (org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/FAPER/In Folio, 2005.

CALLOU, Dinah Maria Isensee Callou & BARBOSA, Afranio Gonçalves (Coords.). *Para uma história do português do Brasil – RJ*. Disponível na página <http://www.lettras.ufrj.br/phpb-ri>

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia et alii (Orgs.). *Para a história do português brasileiro - Notícias de corpora e outros estudos - Volume IV*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ/ FAPERJ, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TERROU, F. & ALBERT, P. A industrialização e a democratização da imprensa no início do século XIX a 1871. **In:** ——. *História da Imprensa*. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes.

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. O texto completo dos trabalhos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia devem ter os mesmos títulos dos resumos correspondentes, que forem enviados com o Formulário de Inscrição.
2. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 2.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows, com extensão .DOC;
 - 2.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 2.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 2.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 2.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 2.6. Mínimo de 05 e máximo de 12 páginas (exceção para os minicursos, que podem ter até 20 páginas);
 - 2.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 2.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
3. Os trabalhos completos devem ser enviados por e-mail para eventos@filologia.org.br até o primeiro dia do evento (exceção para os textos dos minicursos, que devem ser enviados até o final de junho).

ATENÇÃO:

Os textos em língua portuguesa devem ser apresentados segundo as novas regras ortográficas vigentes.

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico eventos@filologia.org.br ou pelo telefone (21) 2569-0276.